

# PREGÃO ELETRÔNICO

90011/2026

## CONTRATANTE (UASG)

(254446) INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FARMACOS

## OBJETO

Contratação de empresa especializada no manejo integrado resíduos Classe II, grupo D (comum), englobando duas etapas: Etapa 1 (gerenciamento, acondicionamento, coleta e transporte), Etapa 2 (armazenamento e tratamento e destinação final dos resíduos comuns gerados no Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos/ FIOCRUZ).

## DATA BASE

18 de novembro de 2025.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 571.563,20 (quinhentos e setenta e um mil quinhentos e sessenta e três reais e vinte centavos).

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 19/02/2026 às 09:00h (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço

## MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO .....	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	12
9. DO TERMO DE CONTRATO .....	15
10. DOS RECURSOS .....	16
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	16
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	19
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	19

**INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FARMACOS - FARMANGUINHOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026**

(Processo Administrativo nº 25387.000738/2025-77)

Torna-se público que a Fundação Oswaldo Cruz, através do Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos, por meio da sua Divisão Comercial, sediado na Av. Comandante Guarany, 447 – Jacarepaguá – Rio de Janeiro - RJ realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de empresa especializada no manejo integrado resíduos Classe II, grupo D (comum), englobando duas etapas: Etapa 1 (gerenciamento, acondicionamento, coleta e transporte), Etapa 2 (armazenamento e tratamento e destinação final dos resíduos comuns gerados no Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos/ FIOCRUZ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
  - 2.7.3 sociedades cooperativas;
  - 2.7.4 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 2.7.5 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - 2.7.6 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
  - 2.7.7 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - 2.7.8 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - 2.7.9 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
  - 2.7.10 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
  - 2.7.11 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
  - 2.7.12 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.5 e 2.7.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. O disposto nos itens 2.7.5 e 2.7.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do

financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.2 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao

tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

- 4.7.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 4.7.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 4.7.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.7.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.7.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.7.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 4.7.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 4.7.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.7.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.7.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.7.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. A falsidade da declaração de que trata o item 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- 4.12.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.12.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.13.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;
- 4.13.2 O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.124.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1 valor unitário e total do item;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;
- 5.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário e total do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$100,00 (cem reais).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “**aberto e fechado**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.



- 6.11.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.11.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

6.20.3 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1 empresas brasileiras;

6.21.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 6 (seis) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 Sicaf;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1 conter vícios insanáveis;

7.6.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.6.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.8.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.10.2 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.10.3 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.10.4 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.10.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado previamente através do e- mail [smsresiduos.far@fiocruz.br](mailto:smsresiduos.far@fiocruz.br) de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.10.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 6 (seis) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.13.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 06 horas seis horas, para:

8.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.15.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.3.1. Considerando que a assinatura do contrato, ou do termo de aceite de instrumento equivalente, se dará na forma eletrônica, pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI/FIOCRUZ), é imprescindível que o(s) representante(s) legal(is) da(s) adjudicatária(s), com poder(es) específico(s) para assinatura de contrato, atentando ao prazo fixado no item anterior, proceda(m) prévio cadastramento, como “usuário externo”, no SEI/FIOCRUZ: <https://portal.fiocruz.br/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>

9.3.2. De forma alternativa, em caso de regulamentação do art. 91, §3º, da Lei nº 14.133/21, a celebração do contrato se dará por meio do Sistema Contratos Gov.br

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.2 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [https://sei.fiocruz.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_processo\\_pesquisar.php?acao\\_externa=protocolo\\_pesquisar&acao\\_origem\\_externa=protocolo\\_pesquisar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.fiocruz.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0).

## 11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;



- 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 11.1.6 fraudar a licitação;
- 11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 11.2.1 advertência;
  - 11.2.2 multa;
  - 11.2.3 impedimento de licitar e contratar e
  - 11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;
  - 11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
  - 11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
  - 11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## 12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [pregaoservicos.far@fiocruz.br](mailto:pregaoservicos.far@fiocruz.br).
- 12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.11.1 **Anexo I** - Termo de Referência;
- 13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Termo de Ciência e Concordância;
- 13.11.1.2. Apêndice do Anexo II– Checklist Ordem de Serviço Retirada de Resíduos Classe II;

- 13.11.1.3. Apêndice do Anexo III – Instrumento de Medição de Resultado IMR;
- 13.11.1.4. Apêndice do Anexo IV - For. SMS 041 - Documentos Obrigatórios Para Empresas Contratadas E Subcontratadas;
- 13.11.1.5. Apêndice do Anexo V – Planilha de Medição de Serviço;
- 13.11.1.6. Apêndice do Anexo VI – Planilha de Formação de Preço para Recolhimento de Resíduos;
- 13.11.1.7. Apêndice do Anexo VII – Declaração de Conhecimento de Informações;
- 13.11.1.8. Apêndice do Anexo VIII – Estudo Técnico Preliminar;
- 13.11.2      **ANEXO II** – Minuta de Termo de Contrato;
- 13.11.3      **ANEXO III** – Proposta proforma;
- 13.11.4      **Anexo IV** - Termo de Vistoria;
- 13.11.5      **Anexo V** – Portaria nº 185 - COGEAD;

ANEXO I DO EDITAL  
INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FARMACOS

TERMO DE REFERÊNCIA 107/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
107/2025	254446-INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FARMACOS	CINTIA FERNANDA ARAUJO DE OLIVEIRA	28/01/2026 09:39 (v 0.9)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		25387.000738/2025-77

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada no manejo integrado resíduos Classe II, grupo D (comum), englobando duas etapas: Etapa1 (gerenciamento, acondicionamento, coleta e transporte), Etapa 2 (armazenamento e tratamento e destinação final dos resíduos comuns gerados no Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos/ FIOCRUZ, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	CAT SER	TIPO	SUBITEMS	TIPO DE RESÍDUOS	FORMA DE ARMAZENAMENTO	VOLUME MÁXIMO ESTIMADO A SER COLETADO POR MÊS m³ (por tipo de resíduo em m³)	TECNOLOGIA DE TRATAMENTO	VALOR UNITÁRIO m³ (R\$)	VALOR TOTAL MENSAL (R\$)			
1	Prestação de serviço de manejo integrado resíduos Classe II, grupo D (comum), englobando gerenciamento, coleta, acondicionamento, transporte, armazenamento, tratamento e destinação final dos resíduos gerados no Instituto de Tecnologia em Fármacos/ FIOCRUZ	24708	Etapa 1 gerenciamento, acondicionamento, coleta e transporte (Valor R\$/m³)	1	Comum (varrição, banheiro, Etc)	Caçamba 1,2m³	184,8	Aterro sanitário					
				2	Resíduos de Construção civil, RCC	Caçamba 5m³	15	Reciclagem					
				3	Lodo Inerte - Classe IIA	Caçamba com tampa articulada de 5m³	5	Aterro sanitário					
				4	Resíduos de varrição, poda, madeira e etc. (Resíduo comum)	Caçamba 30m³	120	Aterro sanitário					
				5	Resíduos orgânicos (sacos)	Saco de lvo 100L/200L (Preto)	80,08	Compostagem ou aproveitamento energético na produção de biogás					
			Subtotal ETAPA 1										
			Etapa 2 Armazenamento e tratamento e destinação final (Valor R\$/m³)	1	Comum (varrição, banheiro, Etc)	Caçamba 1,2m³	184,8	Aterro sanitário					
				2	Resíduos de Construção civil, RCC	Caçamba 5m³	15	Reciclagem					
				3	Lodo Inerte - Classe IIA	Caçamba com tampa articulada de 5m³	5	Aterro sanitário					
				4	Resíduos de varrição, poda, madeira e etc. (Resíduo comum)	Caçamba 30m³	120	Aterro sanitário					
				5	Resíduos orgânicos (sacos)	Saco de lvo 100L/200L (Preto)	80,08	Compostagem ou aproveitamento energético na produção de biogás					
			Subtotal ETAPA 2										
			VALOR TOTAL MENSAL (Subtotal Etapa1 + Subtotal Etapa2)										
			PERÍODO EXECUÇÃO (Meses)										12
			VALOR TOTAL ANUAL (Valor total mensal x Período Execução)										

**Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

1.3. O serviço é enquadrado como continuado, sem dedicação de mão de obra exclusiva, sendo a contratação do objeto deste TR, essencial para o gerenciamento ambientalmente adequado, em cumprimento às legislações ambientais vigentes, às boas práticas de fabricação e condicionantes da licença de operação de Farmanguinhos, conforme consta no Estudo Técnico Preliminar, sendo sua vigência plurianual mais vantajosa.

**Prazo de vigência**

- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:
- I) ID PCA no PNCP: [33781055000135-0-000010/2026];
  - II) Data de publicação no PNCP: [12/05/2025];
  - III) Id do item no PCA: [1021];
  - IV) Classe/Grupo: [942 (SERVIÇOS DE ELIMINAÇÃO DE REJEITOS)];
  - V) Identificador da Futura Contratação: [254446-678/2026];

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 4.1. Para que o presente serviço seja contratado e corretamente prestado, existem requisitos mínimos para sua satisfação, tais como as normativas da ABNT abaixo:
- 4.1.1 NBR 7.500/2025 - Identificação para o transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de produtos.
  - 4.1.2 NBR nº11174/1990 - Armazenamento de resíduos classes II - não inertes e III - inertes - Procedimento.
  - 4.1.3 RDC 222/2018 - Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências.

**Sustentabilidade**

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO RESÍDUOS CL II					
DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS DE MEIO AMBIENTE - ATENDIMENTO DO LICITANTE					
Item	REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE	REQUISITO LEGAL	COMPROVAÇÃO DO ATENDIMENTO AO REQUISITO	FASE DE AFERIÇÃO	JUSTIFICATIVA PARA NÃO ADOÇÃO DO REQUISITO
			Deverá ser apresentado o documento ambiental		

1	<p><b><u>Para prestação de serviços</u></b></p> <p>Licença ambiental atualizada que autoriza a operação /funcionamento do prestador do serviço nacional de acordo com o Estado de localização.</p>	<p>- Lei nº 14.133 /21 e suas atualizações e correlações; - Lei 6.938/1981 e suas atualizações e correlações; - RESOLUÇÃO CONAMA nº 237 e suas atualizações e correlações.</p>	<p>do órgão licenciador (Certidão, Autorização ou Licença) do fabricante do material solicitado emitida pelo órgão licenciador do Estado de localização da empresa.</p> <p>Caso o licitante não seja o fabricante do material, deverá apresentar a licença de operação/atividade do fabricante nacional de acordo com o Estado de localização.</p>	<b>Habilitatória</b>	Não aplicável
2	<p><b><u>Para o transporte de resíduos:</u></b></p> <p>Os veículos e equipamentos de transporte dos resíduos devem ser certificados e /ou inspecionados. Atender a Resolução da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT Nº 6.016, de 11 DE MAIO de 2023.</p>	<p>Agência Nacional de Transportes Terrestres - Resolução ANTT Nº 6.016, de 11 DE MAIO de 2023 suas atualizações e correlações;</p> <p>-Agência Nacional de Transportes Terrestres - Resolução ANTT Nº 5.998, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2022</p>	<p>Deverá ser apresentado CIV E CIPP - Certificado de Inspeção Veicular e Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos - CIPP do transportador de resíduos.</p>	<b>Habilitatória</b>	<p>Não será necessário apresentar o documento nos seguintes casos:</p> <p>- Em caso de não enquadramento conforme o Art. 11º da Resolução nº 5.998, de 3 de novembro de 2022 e a Resolução da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT Nº 6.016, de 11 DE MAIO de 2023.</p>
		<p>- Lei nº 14.133 /21 e suas atualizações e correlações;</p> <p>- Lei 6.938/1981 e suas atualizações e correlações;</p> <p>- Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010;</p>			

3	<p><b><u>Para a empresa responsável pelo serviço de coleta e transporte de resíduo:</u></b></p> <p>- Enviar Licença Ambiental atualizada que autoriza o Transporte de resíduos da respectiva classe.</p>	<p>- Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022</p> <p>- Decreto 46890 e suas atualizações e correlações;</p> <p>- RESOLUÇÃO CONAMA nº 237 e suas atualizações e correlações.</p> <p>- Legislação Ambiental da Unidade Federativa, que se localiza a empresa contratada que autoriza o transporte de resíduo da respectiva classe.</p>	<p>Deverá ser apresentado o documento ambiental do órgão licenciador (Certidão ou Licença) referente a atividade de Transporte de resíduos gerados pela empresa contratada.</p>	<b>Habilitatória.</b>	Não aplicável
4	<p><b><u>Para a empresa responsável pela coleta e remoção de resíduos de Construção Civil - RCC, Resíduos Sólidos Inertes – RSI e Resíduos orgânicos</u></b></p> <p>- Enviar Certificado de Credenciamento da COMLURB.</p>	<p>-Portarias da Comlurb nº 007 /2024 e 008 /2024 e suas atualizações e correlações;</p>	<p>Através da apresentação do Certificado de Credenciamento da COMLURB.</p>	<p><b>Habilitatória para a licitante e no caso de subcontratação, antes da formalização do contrato.</b></p>	Não aplicável
		<p>- Lei nº 14.133 /21 e suas atualizações e correlações;</p> <p>- Lei 6.938/1981 e suas atualizações e correlações;</p>			



5	<p><b><u>Para a empresa responsável pelo tratamento e disposição do resíduo:</u></b></p> <p>- Enviar Licença Ambiental atualizada que autoriza o serviço de Tratamento e Disposição do resíduo.</p>	<p>- Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010;</p> <p>- Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022;</p> <p>- Decreto 46890 e suas atualizações e correlações;</p> <p>- RESOLUÇÃO CONAMA nº 237 e suas atualizações e correlações.</p>	<p>Através da apresentação da Licença Ambiental atualizada que autoriza o serviço de Tratamento e Disposição do resíduo.</p>	<b>Habilitatória</b>	Não aplicável
6	<p><b><u>Para a empresa responsável pelo transporte, tratamento e disposição do resíduo:</u></b></p> <p>- Enviar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.</p>	<p>- Lei nº 12.305 /2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos;</p> <p>- Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.</p>	<p>Através da apresentação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos.</p>	<b>Julgamento da Proposta</b>	Não aplicável
7	<p><b><u>Para a empresa responsável pelo transporte, tratamento e disposição do resíduo:</u></b></p> <p>- Enviar Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras (CTF/APP) atualizado e vigente e RT – Responsável Técnico inscrito no CT /AIDA (Cadastro Técnico Federal - Atividades e</p>	<p>- Lei 6.938/1981 e suas atualizações e correlações;</p> <p>- Instrução Normativa Ibama nº 06 e suas atualizações e correlações;</p> <p>- Instrução Normativa Ibama nº 13 suas atualizações e correlações;</p>	<p>Através da apresentação do Cadastro Técnico Federal do IBAMA (CTF) atualizado e vigente para a empresa e RT - Responsável Técnico.</p>	<b>Habilitatória.</b>	Não aplicável

Instrumentos de Defesa Ambiental).				
------------------------------------	--	--	--	--

**Diretrizes obrigatórias para atendimento de segurança do trabalho, meio ambiente e sustentabilidade**

- 4.4. O CSTGA/Seção de Resíduos é responsável pela solicitação de qualquer troca ou substituição de caçambas, assim como qualquer solicitação emergencial e ocorrências que possam acontecer durante as atividades objeto do contrato. Tal comunicação deve ser realizada sempre através do e-mail smsresiduos.far@fiocruz.br;
- 4.5. A empresa Contratada deve seguir todos os procedimentos internos da unidade para fins de acesso, cadastramento, acondicionamento e descarte dos resíduos coletados e destinados adequadamente;
- 4.6. A Cópia do manifesto, cópia da ordem de serviço e o checklist (Anexo III) preenchido devem ser entregues na seção de resíduos antes da saída do caminhão;
- 4.7. Qualquer derramamento de óleo/chorume deve ser comunicado imediatamente a Divisão de Meio Ambiente (3348-5201 / 3348-5259 / 3348-5288);
- 4.8. Atender a Lei ordinária RJ nº 9055/2020 - Institui a obrigatoriedade do controle e tratamento do chorume nos sistemas de destinação final de resíduos sólidos, vazadouros, aterros controlados e aterros sanitários, bem como a remediação de vazadouros no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
- 4.9. Atender a PORTARIA Nº 007 COMLURB de 27de dezembro de 2024 – a qual estabelece as diretrizes e procedimentos para cadastrar e autorizar pessoas jurídicas a prestar serviços de coleta e remoção de Resíduos Sólidos Extraordinário - RSE, Resíduos de Serviço de Saúde - RSS e Resíduos Recicláveis - RR com Potencial de Valorização na Cidade do Rio de Janeiro e PORTARIA "N" COMLURB Nº 008 de 27 de dezembro de 2024, a qual estabelece as diretrizes e procedimentos para cadastrar e autorizar pessoas jurídicas a prestar serviços de coleta e remoção de Resíduos de Construção Civil - RCC e Resíduos Sólidos Inertes - RSI na Cidade do Rio de Janeiro.
- 4.10. Atender o Decreto nº 11.043, de 13 de abril de 2022, aprova o Plano Nacional de Resíduos Sólidos e Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 Regulamenta a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e suas atualizações e correlações.
- 4.11. Atender o Decreto nº 46.890 de 23 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre o Sistema Estadual de Licenciamento e demais Procedimentos de Controle Ambiental - SELCA, e dá outras providências e suas atualizações e correlações e Decreto nº 47.550/2021 e sua atualização e correlações.
- 4.12. Atender a Conama 358/2015 - Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências.
- 4.13. Atender a Instrução Normativa nº 01/2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
- 4.14. Cumprir a Lei nº 9.605/1998 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
- 4.15. NBR 7.500/2025 - Identificação para o transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de produtos.
- 4.16. NBR nº11174/1990 - Armazenamento de resíduos classes II - não inertes e III - inertes - Procedimento.

**Segurança do trabalho**

- 4.17. Atender as Normas Técnicas da ABNT, Legislação Ambiental Federal, Estadual e Municipal vigente e de Segurança e Saúde assim como as NR's aplicáveis ao objeto de contratação;
- 4.18. Atender as Normas e Resoluções da ANVISA e CONAMA;
- 4.19. Atender aos requisitos, aplicáveis, da NR 06 referente à Equipamento de Proteção Individual – EPI;
- 4.20. Atender aos requisitos, aplicáveis da NR - 11 referente ao Transporte, Movimentação, Armazenamento e Manuseio de Materiais;
- 4.21. Atender aos requisitos, aplicáveis, da NR-12 referente à Segurança no Trabalho em Máquinas e equipamentos;
- 4.22. Atender aos requisitos, aplicáveis, da NR-17 referente à Ergonomia;
- 4.23. Atender aos requisitos, aplicáveis, da NR - 25 referentes a Resíduos Industriais;
- 4.24. Atender aos requisitos, aplicáveis, da NR - 26 referentes à Sinalização de Segurança;
- 4.25. Atender aos requisitos, aplicáveis, da NR-38 referentes à Segurança e Saúde no Trabalho nas Atividades de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos;
- 4.26. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados, quando em serviço, por tudo quanto às Leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e pelas demais exigências legais para o exercício das atividades.
- 4.27. Comunicar imediatamente ao Fiscal de contrato e à Divisão de Segurança do Trabalho a ocorrência de acidentes nas instalações da unidade e, em 24 horas, apresentar cópia de relatório de investigação, se aplicável através dos e-mails smsresiduos.far@fiocruz.br e smsseguranca.far@fiocruz.br;
- 4.28. Comunicar imediatamente ao Fiscal do Contrato e à Divisão de Segurança do Trabalho qualquer ocorrência anormal com ou sem lesão e impactos ambientais significativos com ou sem dano ambiental, ocorrido nas instalações da unidade através dos e-mails smsresiduos.far@fiocruz.br e smsseguranca.far@fiocruz.br;
- 4.29. Fornecer uniformes e vestimentas apropriadas aos riscos aos quais os funcionários forem expostos;
- 4.30. Fornecer crachá de identificação a todos os seus funcionários e representantes que acessarem as dependências do CTM - Farmanguinhos;
- 4.31. Manter em local visível no interior do veículo, a identificação do motorista;
- 4.32. Não permitir a utilização do trabalho de menor;
- 4.33. Atender aos Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive Normas de concessionárias de serviços públicos;

- 4.34. Garantir que o(s) motorista(s) e o(s) veículo(s) estejam devidamente habilitados pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito, regulamentadas pelo DENATRAN e DETRAN;
- 4.35. Fornecer cópia de certificado de curso de Movimentação de Produtos Perigosos – MOPP, se aplicável;
- 4.36. Manter a regulação dos veículos automotores, preservando as suas características originais para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com o atendimento dos programas de qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente;
- 4.37. Atender aos limites máximos de ruídos para veículos automotores, definidos na Resolução Conama nº 1, de 11 de fevereiro de 1993 - Dispõe sobre os limites máximos de ruídos, com o veículo em aceleração e na condição parado, para veículos automotores nacionais e importados, excetuando-se motocicletas, motonetas, triciclos, ciclomotores e bicicletas com motor auxiliar e veículos assemelhados e suas alterações e na Resolução CONAMA nº 272 de 14/09/2000 - Dispõe sobre os limites máximos de ruído com os veículos em aceleração;
- 4.38. Realizar manutenção preventiva na periodicidade recomendada pela boa técnica e de acordo com as especificações do fabricante, mantendo os veículos em perfeitas condições de segurança, limpeza e higiene. Não é permitida a realização de nenhuma manutenção nas instalações da Contratante, devendo o veículo, em caso de pane, ser retirado para a área externa;
- 4.39. O abastecimento de combustível do veículo coletor será de inteira responsabilidade da Contratada. Obrigatoriamente o mesmo deverá estar plenamente abastecido no ato da coleta, evitando-se que haja interrupções por falta de combustível durante o percurso da retirada dos resíduos de seus locais de geração até o destino final. Não é permitido qualquer abastecimento nas instalações da Contratante, devendo o veículo, em caso de pane, ser retirado para a área externa;
- 4.40. Substituir o veículo, a qualquer tempo, caso se faça necessário, por motivo de abaloamento, reparos mecânicos, má conservação, falta de condições de segurança, higiene ou limpeza;
- 4.41. Manter programa de inspeção e manutenção da frota, quanto à emissão de fumaça preta, especialmente para os veículos a óleo diesel que integrem a frota utilizada na prestação dos serviços e apresentá-lo sempre que solicitado;
- 4.42. Permitir, a qualquer tempo, a realização de inspeção nos veículos, com a finalidade de verificar as condições de conservação, manutenção, segurança e limpeza;
- 4.43. Não é permitida a realização de qualquer tipo de manutenção nas dependências do CTM;
- 4.44. Não é permitida a lavagem dos veículos nas dependências do CTM, Unidade Certificada ISO 14001, estando sujeita a receber não conformidade ambiental grave, com risco de multa e perda de sua certificação;
- 4.45. Cumprir as exigências do formulário FOR.SMS.041 – Documentos Obrigatórios para Empresas Contratadas e Subcontratadas, conforme anexo IV, além dos demais:
- 4.46. Motorista:**
- 4.46.1 Deverão, obrigatoriamente, possuir Carteira Nacional de Habilitação na categoria correspondente ao veículo e ao tipo de serviço a ser executado sem nenhuma restrição de direito para o seu livre exercício profissional;
- 4.46.2 Deverão apresentar-se adequadamente uniformizados, sempre com calça comprida e sapatos fechados, atendendo às regras de acesso na unidade, e demais EPis exigidos neste TR, sendo este fornecimento de responsabilidade da Contratada, além de estar devidamente com crachá.
- 4.47. Motorista: Comprovação da capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional com experiência comprovada em transporte de resíduos ou equivalente, devidamente reconhecido entidade competente (DETRAN, ou órgão equivalente), a saber:
- 4.47.1 Para o (profissional motorista): Operar o caminhão compactador ou veículo designado para a coleta de resíduos comuns, seguindo as rotas pré-definidas pelo Responsável Técnico. Realizar o transporte seguro dos resíduos coletados desde os pontos de geração até o local de destinação final (aterro sanitário, estação de transbordo, etc.) licenciado pelo órgão ambiental. Inspeccionar o veículo diariamente e zelar por sua manutenção e limpeza.
- 4.48. Ajudantes:**
- 4.48.1 A Contratada deverá disponibilizar, obrigatoriamente, no mínimo 01 (um) ajudante e este deverá apresentar-se adequadamente uniformizado sempre com calça comprida e sapatos fechados, atendendo às regras de acesso na unidade, e utilizando os EPis exigidos neste TR além de estar devidamente identificado com crachá;
- 4.48.2 Os ajudantes deverão ser devidamente qualificados e treinados para a função a desempenhar apresentando certificado que o qualifique a exercer a função;
- 4.48.3 Usar os EPI's abaixo descritos, sendo estes o mínimo para as atividades objeto deste contrato:
- 4.48.3.1. Luvas de PVC, impermeáveis, de cano longo, resistentes e antiderrapantes;
- 4.48.3.2. Botas em PVC, impermeáveis, resistentes, com cano  $\frac{3}{4}$  e solado antiderrapante;
- 4.48.3.3. Óculos de proteção;
- 4.48.3.4. Colete fosforescente quando a coleta ocorrer após as 17h.;
- 4.48.3.5. Máscara do tipo N95/PFF2, quando aplicável.
- 4.49. Os funcionários deverão possuir qualificação e treinamento, com ênfase em manejo de resíduos sólidos;
- 4.50. Ajudante: Comprovação da capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional com experiência comprovada em coleta e acondicionamento de resíduos ou equivalentes, detentor de certificado de qualificação, a saber:
- 4.50.1 Para o (profissional ajudante): Treinado para operar caminhão compactador e uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Serviços a serem executados: Realizar a coleta dos resíduos comuns nos pontos de armazenamento (contêineres, lixeiras, sacos de lixo da câmara fria do restaurante), manusear os recipientes de lixo com cuidado, Auxiliar o motorista durante as manobras do veículo, garantindo a segurança da equipe e de terceiros, Manter a organização e a limpeza das áreas dos contentores nos pontos de coleta após a remoção dos resíduos.
- 4.51. A empresa deverá apresentar comprovação de treinamento destes profissionais sempre que solicitado pela fiscalização do contrato;
- 4.52. O motorista não poderá executar e tampouco auxiliar o manejo dos resíduos.

## **Subcontratação**

- 4.53. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, (somente no que se refere à etapa 2 - Destinação Final) nas seguintes condições:
- 4.54. A apresentação dos serviços, objeto do contrato compreende as seguintes etapas:
- 4.54.1 Etapa 1 - Gerenciamento, acondicionamento, coleta e transporte;
- 4.54.2 Etapa 2 - Armazenamento e tratamento e destinação final
- 4.55. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação (etapa 1) ou seja, do objeto da contratação, abaixo discriminada:
- 4.55.1 Coleta e transporte dos resíduos – Etapa 1.
- 4.56. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 4.57. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto. (mediante envio dos documentos solicitados nos itens 9.39 a 9.45).
- 4.58. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- 4.59. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **Garantia da contratação**

- 4.60. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.
- 4.61. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.61.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 4.61.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 4.61.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4.61.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 4.61.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.62. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.63. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.64. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.65. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.65.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.66. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.66.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.66.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.66.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.67. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- 4.68. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.69. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de

- renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.70. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.71. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.71.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.71.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.72. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.72.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.72.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.73. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.74. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.75. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e /ou aplicar sanções à contratada.
- 4.76. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.
- Vistoria
- 4.77. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 12 horas e das 14 horas às 16 horas.
- 4.78. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.79. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.79.1 O agendamento da vistoria desse ser efetuado previamente através do e-mail: smsresiduos.far@fiocruz.br.
- 4.80. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.81. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes, (conforme declaração do Anexo VII).

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.1.1 Início da execução do objeto: iniciará imediatamente, após a assinatura do contrato na forma que segue.
- 5.1.2 Assinatura do contrato - D
- 5.1.3 Reunião de partida - D+2
- 5.1.4 Disponibilização de, pelo menos, 50% do quantitativo de caçambas para acondicionamento dos resíduos conforme descrito na tabela/item 5.3.3- D+4
- 5.1.5 Início do serviço - D+5

Local e horário da prestação dos serviços

- 5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:  
Instituto de Tecnologia em Fármacos -CTM-Campus Jacarepaguá  
AV. COMANDANTE GUARANY, n.º 447 - JACAREPAGUÁ - RJ – CEP: 22775- 903
- 5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:  
08h às 10h, de segunda a sexta-feira.

Rotinas a serem cumpridas

- 5.3.1 A execução contratual observará as rotinas abaixo:
- 5.3.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar caçambas nos pontos de coleta previamente definidos pela CONTRATANTE, conforme a seguir descritas:
- 5.3.3 Os quantitativos das CAÇAMBAS a serem disponibilizadas no campus, seguem discriminados na tabela abaixo.

--	--	--	--	--	--

DESCRIÇÃO DA CAÇAMBA	QUANTIDADE CAÇAMBAS FIXAS	QUANTIDADE MÁXIMA DE TROCAS POSSÍVEIS NO MÊS	QUANTIDADE MÁXIMA DE TROCAS/ANO 12 MESES	QUANTIDADE ESTIMADA DO VOLUME DE RETIRADA CORRESPONDENTE EM m³/MÊS CONSIDERANDO A QUANTIDADE DE CAÇAMBAS FIXAS	QUANTIDADE ESTIMADA ANO DE VOLUME DE RETIRADA CORRESPONDENTE EM m³/12 MESES CONSIDERANDO A QUANTIDADE DE CAÇAMBAS FIXAS
CAÇAMBA DE 1,20 m³	10*	N/A	N/A	184,80m³	2.217,60m³
CAÇAMBA DE 5m³	01*	03**	36**	15m³	180m³
CAÇAMBA COM TAMPA ARTICULADA DE 5 m³	01*	01**	12**	5m³	60m³
CAÇAMBA DE 30m³	02*	04**	48**	120m³	1.440m³
<b>TOTAL ESTIMADO/MÊS EM m³:</b>				<b>324,80m³</b>	
<b>RESÍDUOS ORGÂNICOS</b>				<b>80,08m³</b>	
<b>TOTAL ESTIMADO MÊS</b>				<b>404,88m³</b>	

#### 5.3.4 Caçambas fixas:

5.3.4.1. \*\* Uma fixa e as demais para troca sempre que solicitado, podendo ficar até o quantitativo máximo definido na unidade, caso seja necessário.

5.3.4.2. \*\*\* Para as caçambas de 1,2m³ deve ser considerado somente o recolhimento dos resíduos, sendo a troca somente em caso de mau funcionamento ou defeito da caçamba após solicitação.

5.3.4.3. Observação1): O descritivo detalhado encontra-se do item 5.4 ao item 5.4.6 - MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS. As caçambas de 5 m³ são para resíduos de construção civil e as caçambas com tampa articulada de 5 m³, são para descarte de lodo Classe II, INERTE

5.3.4.4. Observação 2): Os quantitativos de coleta/trocas estimada/mês são as quantidades máximas permitidas mensalmente pela Contratante.

5.3.4.5. Observação3): Todos os resíduos extraordinários das caçambas de 1,20m³ devem ser coletados DIARIAMENTE ou no mínimo 3 (três) vezes na semana, a critério da Contratante, de segunda à sexta, no horário de 8 h às 10h. As necessidades de recolhimento decorrem do funcionamento da fábrica, sendo em épocas de recesso ou outra paralisação que seja necessária, será possível de ocorrer a redução para 3 (três) dias na semana, tendo em vista que o número de pessoas circulantes diminui nessas ocasiões, diminuindo, conseqüentemente a geração de resíduos na unidade. A redução de dias de coleta, somente poderá ocorrer por solicitação formal da Contratante através do e-mail smsresiduos.far@fiocruz.br e deverá ser informada com pelo menos uma semana de antecedência.

5.3.4.6. Observação 4): Os resíduos orgânicos gerados no restaurante e/ou cantina da unidade são armazenados em câmara frigorífica, em sacos de 100 L ou 200 L, e devem ser coletados DIARIAMENTE, de segunda a sexta-feira, ou três vezes por semana (segunda-feira, quarta-feira e sexta-feira), no horário das 8h às 10h. Os resíduos podem ocupar de 50% a 70% da capacidade dos sacos, gerando um

volume diário estimado entre 2 m³ e 3 m³. Os resíduos orgânicos serão acondicionados em câmara fria até o momento da coleta. Para o transporte, o caminhão coletor deverá utilizar bombonas plásticas de 100 ou 200 L, específicas para resíduos orgânicos, de forma a garantir a segurança sanitária, evitar vazamentos e atender às exigências ambientais.

5.3.5 Todo o resíduo orgânico coletado deverá ser OBRIGATORIAMENTE destinado a unidades de compostagem ou aproveitamento energético na produção de biogás, por empresa devidamente licenciada e autorizada pela contratante, contribuindo para a redução do envio de resíduos aos aterros sanitários e promovendo o retorno desses resíduos ao ciclo de vida, sendo estes utilizados para a geração de composto orgânico ou energia, conforme parágrafo 8 da portaria COMLURB 7/2024, abaixo destacado.

5.3.6 No caso de coleta de lixo extraordinário destinado à valorização, através da recuperação de materiais recicláveis, compostagem de matéria orgânica ou recuperação energética, bem como no caso de Coleta Seletiva de frações orgânicas, os Credenciados deverão descarregar o material em instalações de valorização que estejam formalmente constituídas e devidamente licenciadas pelos órgãos de controle ambiental, para os fins a que se destinam.

5.3.7 A quantidade de caçambas enviadas de 5m³ e 30m³ vai depender da demanda da Contratante no campus sendo a medição em m³ e relacionando ao tipo de resíduos gerado/descartado.

5.3.8 Somente as caçambas de 1,20m³ de resíduos orgânicos devem ser consideradas como retiradas diárias ou 3 vezes (segunda-feira, quarta-feira e sexta-feira), de acordo com o volume gerado, conforme subitem 5.3.9.

5.3.9 O quantitativo e volume estimado de sacos de resíduos orgânicos deverá ser contabilizado de acordo com a correspondência do volume utilizado do saco, que pode variar de 100 litros ou 200 litros, sendo:

5.3.10 No caso de Sacos de 100 litros e 200 litros:

<b>CAPACIDADE DO SACO</b>	<b>CAPACIDADE MÁXIMA OCUPADA E A SER CONSIDERADA PARA EFETIVAR COBRANÇA 70% (VOLUME TOTAL)</b>	<b>CORRESPONDENTE EM M<sup>3</sup>/SACO</b>	<b>CORRESPONDENTE EM QUANTIDADE ESTIMADA/MÊS DE SACOS</b>	<b>CORRESPONDENTE DE RETIRADA EM M3 ESTIMADA/MÊS DE ACORDO COM O VOLUME DO SACOS</b>
100L	70L	0,07 m <sup>3</sup>	1.144 sacos	80,08 m <sup>3</sup>
200L	140L	0,14 m <sup>3</sup>	572 sacos	

5.3.10.1. Observação 1): O QUANTITATIVO DE SACOS coletados, assim como de caçambas, deverá ser registrado no ANEXO III (CHECKLIST DO SERVIÇO DE RETIRADA DE RESÍDUOS – CLASSE II), e assinado pelo colaborador da unidade que acompanhará a coleta e o representante da empresa contratada no momento da coleta;

5.3.10.2. Observação2): O quantitativo total de resíduos Classe II a ser coletado mensalmente é variável de acordo com o volume a ser descartado pela CONTRATANTE diariamente, gerando aproximadamente 404,88m³ mensais (somatório de resíduos provenientes das caçambas fixas de resíduos orgânicos, inorgânicos e entulhos, mais os sacos de resíduos orgânicos coletados da câmara frigorífica).

5.3.11 Para a apresentação da melhor oferta, o licitante deve considerar o preço por volume (m3) relacionado ao tipo de resíduo gerado /descartado, a ser coletado, assim como a disponibilização, sem custo adicional, do quantitativo de caçambas fixas, conforme item 5.3.3.

5.3.12 Descrição dos Tipos de Resíduos e suas Tecnologias de Tratamento:

5.3.12.1. Resíduo Comum (varrição, banheiro etc.): Deverá ser armazenado em caçambas metálicas de 1,2 m³ e encaminhado para disposição final ambientalmente adequada em aterros sanitários licenciados;

5.3.12.2. Resíduo da Construção Civil (RCC): Deverá ser armazenado em caçambas metálicas de 5 m³, e encaminhamento para processos de reciclagem por empresa devidamente licenciada;

5.3.12.3. Lodo Inerte – Classe IIA: Deve ser armazenado em caçambas metálicas com tampa articulada de 5 m³ e encaminhado para disposição final em aterros sanitários licenciados;

5.3.12.4. Resíduos de Varrição, Poda, Madeira etc. (resíduo comum): Devem ser acondicionados em caçambas metálicas de 30 m³ e encaminhado para disposição final em aterros sanitários licenciados;

5.3.12.5. Resíduos Orgânicos: Devem ser armazenados em sacos plásticos pretos de 100L ou 200L e encaminhados para tratamento por compostagem ou aproveitamento energético por empresa devidamente licenciada. São compostos por restos alimentares e resíduos

orgânicos diversos, com a possibilidade de retorno ao ciclo de vida e geração de adubo orgânico ou energia.

5.3.13 A CONTRATADA deverá disponibilizar, sem custo adicional, o quantitativo especificado no subitem 5.3.3 de caçambas fixas, NOVAS. A disponibilização pela CONTRATADA deverá ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, sendo que 50% deste quantitativo deve ser disponibilizado em até 5 (cinco) dias conforme item 5.1.1 - MODELO DE EXECUÇÃO e a distribuição deverá obedecer aos locais e quantidades pré-definidos pela CONTRATANTE. Para tal entrega e distribuição a mesma deverá ser agendada e autorizada, através de solicitação via e-mail smsresiduos.far@fiocruz.br.

5.3.14 As caçambas da CONTRATADA deverão ser mantidas em boas condições de uso, sem ferrugem nem defeitos estruturais aparentes, identificação adequada conforme ANEXO IX - Programação Visual para Veículos e Equipamentos Destinados à Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Especiais da Portaria Nº 007 de 27 de dezembro de 2024 - Estabelece as diretrizes e procedimentos para cadastrar e autorizar pessoas jurídicas a prestar serviços de coleta e remoção de Resíduos Sólidos Extraordinário - RSE, Resíduos de Serviço de Saúde - RSS e Resíduos Recicláveis - RR com Potencial de Valorização na Cidade do Rio de Janeiro e o ANEXO IX - Programação Visual para Veículos e Equipamentos Destinados a Coleta e Transporte de Resíduos de Construção Civil e Resíduos Sólidos Inertes da PORTARIA COMLURB Nº 008 de 27 de dezembro de 2024. Estabelece as diretrizes e procedimentos para cadastrar e autorizar pessoas jurídicas a prestar serviços de coleta e remoção de Resíduos de Construção Civil - RCC e Resíduos Sólidos Inertes - RSI na Cidade do Rio de Janeiro. Apresentar perfeita mobilidade, não apresentar vazamentos ou quaisquer outros problemas que venham a comprometer a saúde e a segurança dos trabalhadores, da população e do meio ambiente. Sempre que a Contratante identificar a necessidade de troca/substituição das caçambas por desgaste, a Contratada deverá realizar a troca, no prazo máximo de 48h, sem custo adicional;

5.3.15 A Contratada deverá realizar a instalação, a manutenção e a retirada dos contêineres/caçambas, tanto em caráter preventivo quanto corretivo, devendo, ao final, deixar o local em condições análogas ao momento de sua chegada. Tais procedimentos deverão ser realizados sempre que solicitado pela CONTRATANTE;

5.3.16 No caso de qualquer rachadura ou quebra das caçambas ou coletores, a CONTRATADA deverá substituir a(s) peça(s) danificada(s), ou a caçamba, no prazo máximo de 48 horas, após notificação da CONTRATANTE através do e-mail oficial (smsresiduos.far@fiocruz.br). A substituição deverá ser feita sem ônus para CONTRATANTE;

5.3.17 Considerando que Farmanguinhos é uma indústria farmacêutica, a qual obedece rígidos critérios de Boas Práticas de Fabricação – BPF, em cumprimento de tais exigências, a CONTRATADA deve realizar as coletas diárias ou 3 vezes por semana, de acordo com o solicitado pela Contratante, sempre no primeiro horário, entre 8h00min e 10h00min, preferencialmente com caminhão vazio, evitando que o caminhão venha com chorume para as instalações da CONTRATANTE. O não cumprimento de tal exigência poderá inviabilizar o acesso às nossas instalações, caso seja identificado vazamento de chorume no caminhão de coleta encaminhado pela Contratada. Não será permitido o acesso do veículo com vazamento de chorume nas instalações da Contratante, unidade farmacêutica, certificada ISO 14001, devendo, neste caso, a Contratada enviar outro veículo no mesmo dia da coleta que fora impedida por vazamento de chorume.

5.3.18 Coleta e Transporte Externo

5.3.18.1. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA assegurar a prestação dos serviços durante os horários definidos pela CONTRATANTE;

5.3.18.2. Consiste na remoção dos resíduos do local de acondicionamento até a unidade de tratamento ou disposição final, utilizando-se de técnicas que garantam a preservação das condições de acondicionamento e a integridade dos trabalhadores, da população e do meio ambiente, devendo estar de acordo com legislação ambiental vigente;

5.3.18.3. A CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE, para a coleta dos resíduos, os dados referentes ao transportador (dados do motorista e do caminhão) e receptor para o preenchimento do Sistema de Manifesto de Resíduos, conforme NOP-INEA-35 – norma operacional para o sistema online de manifesto de transporte de resíduos – Sistema MTR, no dia anterior a coleta agendada;

5.3.18.4. O transporte dos resíduos deverá ser feito em veículos apropriados, devidamente identificados conforme ANEXO VIII - Programação Visual para Veículos e Equipamentos Destinados à Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Especiais da Portaria Nº 007 de 27 de dezembro de 2024 - Estabelece as diretrizes e procedimentos para cadastrar e autorizar pessoas jurídicas a prestar serviços de coleta e remoção de Resíduos Sólidos Extraordinário - RSE, Resíduos de Serviço de Saúde - RSS e Resíduos Recicláveis - RR com Potencial de Valorização na Cidade do Rio de Janeiro e o ANEXO IX - Programação Visual para Veículos e Equipamentos Destinados a Coleta e Transporte de Resíduos de Construção Civil e Resíduos Sólidos Inertes da PORTARIA COMLURB Nº 008 de 27 de dezembro de 2024. Estabelece as diretrizes e procedimentos para cadastrar e autorizar pessoas jurídicas a prestar serviços de coleta e remoção de Resíduos de Construção Civil - RCC e Resíduos Sólidos Inertes - RSI na Cidade do Rio de Janeiro., compatíveis com as características dos resíduos. A empresa deverá coletar os resíduos em veículo listado no atestado de conformidade de frota, conforme PORTARIA "N" Nº 007 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024, e suas atualizações, a qual atenda a legislação vigente específica, tanto em estrutura quanto em identificação. O veículo deverá ser conduzido por profissional devidamente habilitado;

5.3.18.5. O transporte dos resíduos deverá ser efetuado pela CONTRATADA até o local de destinação final devidamente credenciado e autorizado pela COMLURB e licenciados nos órgãos ambientais competentes, atendendo a legislação ambiental específica constante no Anexo I atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, do grupo XXIX – transporte, do Decreto nº 46890/2019. O transporte deve ser realizado em veículo específico com o atestado de conformidade de frota emitido pela COMLURB, conforme exigência da Portaria Nº 007 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024, e suas atualizações, guardando medidas de higiene e segurança e condizente a todas as exigências das legislações pertinentes vigentes;

5.3.18.6. O transporte dos resíduos orgânicos deverá ser realizado bombonas plásticas de até 100 ou 200 (duzentos) litros, com tampa, de responsabilidade da contratada ou subcontratada, em conformidade com a PORTARIA Nº 007, de 27 de dezembro de 2024, que estabelece as diretrizes e procedimentos para o cadastramento e autorização de pessoas jurídicas para prestação de serviços de coleta e remoção de Resíduos Sólidos Extraordinários (RSE), Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) e Resíduos Recicláveis com Potencial de Valorização (RR) no município do Rio de Janeiro e destinados para compostagem ou aproveitamento energético na produção de biogás por empresa devidamente licenciada e em local licenciado pelo órgão ambiental competente.

5.3.18.7. Conforme o §10, do art.9º Somente serão emitidos Atestados de Conformidade de Frota para empresas que comprovarem a utilização de veículos em conformidade com esta norma da PORTARIA Nº 007, de 27 de dezembro de 2024, todos os veículos destinados a transporte de resíduos que geram chorume deverão ser equipados com carrocerias estanques ou dispositivos de drenagem



e acumulação de chorume que impeçam seu vazamento em logradouro público durante a operação e ainda, conforme o §11, do dispositivo normativo supra mencionado, no caso de coleta, remoção e transporte de resíduos orgânicos destinados à compostagem, estes deverão estar acondicionados em bombonas plásticas de até 100 ou 200 (duzentos) litros, com tampa, ou o veículo utilizado deverá atender às exigências estabelecidas no §10, da PORTARIA Nº 007, de 27 de dezembro de 2024 e suas atualizações.

5.3.19 A coleta e o transporte deverão ser realizados, respeitando, ainda, as seguintes condições:

5.3.19.1. Os resíduos extraordinários devem ser coletados e transportados em veículos do tipo "compactador";

5.3.19.2. O veículo deverá ser licenciado junto ao INEA e à COMLURB para coleta e transporte dos resíduos Classe II, no início dos serviços de coleta/transporte serão exigidas as licenças supracitadas;

5.3.19.3. Não permitir vazamento de líquido e ser provido de ventilação adequada;

5.3.19.4. Ser dotado de equipamento hidráulico de basculamento;

5.3.19.5. Contar com os seguintes materiais e equipamentos auxiliares: pá de cabo longo, rodo, saco plástico de reserva, dois pares de cones de sinalização, equipamento de proteção individual (EPI) suficiente para atender, no mínimo, à sua equipe;

5.3.19.6. Constar em local visível o nome da municipalidade, o nome da empresa coletora (endereço e telefone), a especificação dos resíduos transportáveis, com o número ou código estabelecido na NBR 10.004/2004 e suas atualizações e correlações;

5.3.19.7. Manter no veículo, kit de emergência ambiental com no mínimo 10 (dez) mantas absorventes e 10 (dez) cordões absorventes para contenção de vazamento de óleo ou chorume que, porventura, venha ocorrer após o acesso do veículo e durante a coleta dos resíduos.

5.3.20 Obedecer aos requisitos de segurança para coletores-compactadores de carregamento traseiro e lateral, conforme ABNT NBR 14599:2014 Versão Corrigida: 2015, e suas atualizações.

5.3.21 A entrada do caminhão na unidade só será permitida após inspeção do colaborador da Divisão de Meio Ambiente/Seção de resíduos, desde que seja constatada condição de acesso e transporte adequado. Em caso de não conformidade, não será permitida a entrada do caminhão e será solicitado outro caminhão para execução do serviço, na mesma data da ocorrência, sem qualquer custo adicional. Para tal verificação o colaborador da Seção de Resíduos da CONTRATANTE, ao fazer a verificação do caminhão, deve preencher o Checklist de inspeção, conforme Anexo II deste TR, informando se as condições do caminhão estão adequadas para o seu acesso e recolhimento.

5.3.22 Não será permitido qualquer tipo de manutenção do caminhão nas dependências de Farmanguinhos. Qualquer necessidade de tal natureza deve ser realizada a expensas da CONTRATADA e em local externo a Farmanguinhos.

5.3.23 Acidentes

5.3.23.1. Em caso de acidente de pequenas proporções, a própria CONTRATADA deverá retirar os resíduos do local atingido, efetuando a limpeza e a desinfecção simultânea mediante o uso dos equipamentos auxiliares.

5.3.23.2. Em caso de acidente de grandes proporções, a empresa CONTRATADA deverá notificar imediatamente a CONTRATANTE, via e-mails estaduais de controle ambiental e saúde pública.

5.3.24 Destinação Final

5.3.24.1. Destinar os resíduos somente em áreas devidamente licenciadas pelos órgãos de controle ambiental, visando a destinação final ambientalmente adequada, conforme art. 18 e o §10, da Portaria Nº 007 de 27 de dezembro de 2024 - Estabelece as diretrizes e procedimentos para cadastrar e autorizar pessoas jurídicas a prestar serviços de coleta e remoção de Resíduos Sólidos Extraordinário - RSE, Resíduos de Serviço de Saúde - RSS e Resíduos Recicláveis - RR com Potencial de Valorização na Cidade do Rio de Janeiro e o art. 18 e §3º PORTARIA COMLURB Nº 008 de 27 de dezembro de 2024. Estabelece as diretrizes e procedimentos para cadastrar e autorizar pessoas jurídicas a prestar serviços de coleta e remoção de Resíduos de Construção Civil - RCC e Resíduos Sólidos Inertes - RSI na Cidade do Rio de Janeiro. A comprovação deverá ser realizada na aceitação da proposta e periodicamente, conforme solicitação da Contratante.

5.3.24.2. A CONTRATADA é responsável por garantir a destinação final ambientalmente adequada somente em áreas devidamente licenciadas pelos órgãos de controle ambiental, visando a destinação final ambientalmente adequada, conforme art. 18 e o §10 da Portaria Nº 007 de 27 de dezembro de 2024 - Estabelece as diretrizes e procedimentos para cadastrar e autorizar pessoas jurídicas a prestar serviços de coleta e remoção de Resíduos Sólidos Extraordinário - RSE, Resíduos de Serviço de Saúde - RSS e Resíduos Recicláveis - RR com Potencial de Valorização na Cidade do Rio de Janeiro e o art. 18 e §3º PORTARIA COMLURB Nº 008 de 27 de dezembro de 2024. Estabelece as diretrizes e procedimentos para cadastrar e autorizar pessoas jurídicas a prestar serviços de coleta e remoção de Resíduos de Construção Civil - RCC e Resíduos Sólidos Inertes - RSI na Cidade do Rio de Janeiro e demais legislação pertinentes ao tema, devendo as licenças serem enviadas ainda na fase de habilitação.

5.3.24.3. É expressamente proibida a comercialização dos resíduos coletados, assim como a destinação em local não licenciado.

5.3.24.4. Os resíduos orgânicos gerados deverão, obrigatoriamente, ser destinados à compostagem ou produção energética de biogás, em unidade devidamente licenciada pelos órgãos ambientais competentes, em conformidade com as normas técnicas e legislações vigentes. A CONTRATADA é responsável por comprovar a destinação final ambientalmente adequada por meio de documentação pertinente, a ser apresentada sempre que solicitada pela fiscalização.

5.3.24.5. A contratada deverá garantir a rastreabilidade dos resíduos coletados e destinados adequadamente, através do envio de planilhas mensais à contratante, a fim de garantir o cumprimento da legislação, prevenção da poluição e a preservação do meio ambiente, juntamente com os devidos manifestos assinados pelo receptor.

5.3.25 Ponto de coleta

5.3.25.1. Endereço: Instituto de Tecnologia em Fármacos – CTM – campus Jacarepaguá AV. Comandante Guarany, n.º 447 - Jacarepaguá - RJ - CEP: 22775-903. Horário de coleta: De segunda à sexta-feira, no horário das 08h às 10h.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios

necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1 Caçambas Fixas para Acondicionamento de Resíduo Extraordinário/ Orgânico

5.4.1.1. Capacidade de acondicionamento de 1,2 m³;

5.4.1.2. Estar de acordo com as especificações determinadas pela NBR nº11174/1990 - Armazenamento de resíduos classes II - não inertes e II - inertes - Procedimento;

5.4.1.3. Confecção em chapa metálica e impermeável de forma a não permitir vazamentos;

5.4.1.4. Possuir tampa articulada ao próprio corpo do equipamento;

5.4.1.5. Ser provido de dispositivo para drenagem com sistema de fechamento;

5.4.1.6. Ter rodas do tipo giratórias, bandas de rodagem de borracha maciça ou material equivalente;

5.4.1.7. Estar identificada com o tipo de resíduo depositado, e em boas condições de uso.

5.4.1.8. Horário de coleta: De segunda à sexta-feira, no horário das 08h às 10h.

5.4.2 Caçamba Fixa para retirada de Resíduo Orgânico

5.4.2.1. Capacidade de acondicionamento de 30m³;

5.4.2.2. Confeccionado em chapa metálica e impermeável de forma a não permitir vazamentos e estar em boas condições de uso;

5.4.2.3. Obedecer às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, INEA e Secretaria Municipal do Meio Ambiente (RJ).

5.4.2.4. O quantitativo de caçamba fixa será solicitado pela Contratante de acordo com a demanda da unidade.

5.4.2.5. Solicitação de caçamba/ Coleta - prazo de atendimento em: até 48 horas, após solicitação feita pela Contratante via e-mail.

5.4.3 Caçambas Fixas para retirada de Entulho

5.4.3.1. Capacidade de acondicionamento de 5m³;

5.4.3.2. Confeccionado em chapa metálica e impermeável de forma a não permitir vazamentos e estar em boas condições de uso;

5.4.3.3. Obedecer às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), INEA e Secretaria Municipal do Meio Ambiente (RJ).

5.4.3.4. O quantitativo de caçamba fixa será solicitado pela Contratante de acordo com a demanda da unidade.

5.4.3.5. Solicitação de caçamba/ Coleta-prazo de atendimento em: até 48 horas, após solicitação feita pela Contratante via e-mail.

5.4.4 Caçambas Fixas para retirada de Lodo

5.4.4.1. Capacidade de acondicionamento de 5m³ com tampa articulada;

5.4.4.2. Confeccionado em chapa metálica e impermeável de forma a não permitir vazamentos e estar em boas condições de uso;

5.4.4.3. Obedecer às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), INEA e Secretaria Municipal do Meio Ambiente (RJ).

5.4.4.4. O quantitativo de caçamba fixa será solicitado pela Contratante de acordo com a demanda da unidade.

5.4.4.5. A solicitação de caçamba/ coleta de ter o prazo de atendimento em: até 48 horas, após solicitação feita pela Contratante via e-mail.

5.4.5 Resumo do fornecimento e localização inicial dos equipamentos.

5.4.6 A contratada deverá disponibilizar, no mínimo, os seguintes equipamentos/coletores para o armazenamento dos resíduos até a coleta:

CAÇAMBAS	LOCAL	QUANTIDADE
CAÇAMBA DE 1,20 m³	Ao lado da cabine de recebimento de carga (Próximo ao Prédio 30)	02
CAÇAMBA DE 1,20 m³	Ao lado do Núcleo de Tecnologia Ambiental	02
CAÇAMBA DE 1,20 m³	Atrás das docas do prédio 10	02
CAÇAMBA DE 1,20 m³	Lateral do prédio 10, próximo ao campo de futebol	02
CAÇAMBA DE 1,20 m³	Atrás do restaurante (Prédio10)	02
Total de caçamba de 1,2 m³ FIXAS		10
CAÇAMBA DE 5 m³	Uma na Central de resíduos (Prédio 130) e as demais de acordo com a demanda em qualquer outra área dentro do campus que seja necessária a alocação da mesma	01 fixa (As demais somente quando solicitada)
CAÇAMBA COM TAMPA ARTICULADA DE 5m³	Uma na lateral da Central de resíduos (Prédio 130) próximo ao leito de secagem do lodo da ETE, e as demais de acordo com a demanda em qualquer outra área dentro do campus que seja necessária a alocação da mesma	01 fixa (As demais somente quando solicitada)
Total de caçamba de 5m³ FIXAS		02
CAÇAMBA DE 30m³	Uma na Central de resíduos (Prédio 160)	01
CAÇAMBA DE 30m³	Lateral do prédio 10, próximo ao campo de futebol	01
Total de caçamba de 30m³ FIXAS		02

5.4.7 Observação: A pedido da CONTRATANTE, poderá ocorrer mudanças de local de disposição e quantitativo de caçambas, sempre que necessário, até o limite máximo definido no item 5.3.3 deste TR

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1 Garantir a continuidade dos serviços existentes, através do manejo integrado de resíduos classe II, Grupo D (comum), assegurando que todos os resíduos gerados tenham um correto acondicionamento, coleta, transporte e destinação final, que serão reportados ao órgão ambiental além dos parâmetros para controle operacional visando atender as normas ambientais vigentes.

5.5.2 As propostas apresentadas deverão seguir o modelo disponibilizado no Anexo VII (Modelo de Formação de Preços para Recolhimento de Resíduos) deste Termo de Referência.

5.5.3 A contratada deverá informar mensalmente o valor de cada coleta/volume (m³) detalhando as especificações das mesmas e essas aprovadas pelo responsável técnico da área e fiscal do contrato da contratante. Devem vir acompanhadas com a devida nota fiscal (DANFE).

#### **Especificação da garantia do serviço**

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deve cumprir com a visita do preposto da empresa no local da execução do objeto durante 01 (uma) visita mensal, sendo de responsabilidade da CONTRATADA, todo o custo com eventual viagem, estadia, alimentação etc., caso haja necessidade.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

#### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

## **Fiscalização Administrativa**

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

## **Gestor do Contrato**

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;

6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no [Anexo IV].

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1 A coleta dos resíduos deverá ser assistida/ acompanhada por um colaborador da unidade, da CONTRATANTE juntamente com o responsável da CONTRATADA, conforme Checklist de Serviço de Resíduos – classe II (comum) (ANEXO II) que constará de todos os dados referentes ao quantitativo de resíduos coletados, que ao final deve ser assinado por ambas as partes, em letra legível.

7.4.2 Após o recebimento do Relatório de Recebimento do INEA, planilha de medição de serviço (Anexo III), e análise da Fiscalização do Contrato, a empresa CONTRATADA receberá o de acordo para a emissão da Nota Fiscal correspondente ao serviço prestado.

7.4.3 A CONTRATADA deverá apresentar relatório mensal do serviço executado para análise de documentações, e somente após autorização da CONTRATANTE que é permitida a emissão da nota fiscal.

7.4.4 CONTRATADA não está autorizada a emitir Nota de cobrança sem o de acordo da Fiscalização do Contrato que somente é válido se enviado a partir do e-mail smsresiduos.far@fiocruz.br.

7.4.5 A CONTRATADA se obriga a gerar os devidos Certificados de Destinação Final (CDF) relacionados aos manifestos gerados, no site do INEA, tão logo os resíduos sejam destinados nas áreas devidamente licenciadas pelos órgãos de controle ambiental, visando a destinação final ambientalmente adequada, conforme art. 18 e o §10 da Portaria Nº 007 de 27 de dezembro de 2024 - Estabelece as diretrizes e procedimentos para cadastrar e autorizar pessoas jurídicas a prestar serviços de coleta e remoção de Resíduos Sólidos Extraordinário - RSE, Resíduos de Serviço de Saúde - RSS e Resíduos Recicláveis - RR com Potencial de Valorização na Cidade do Rio de Janeiro e o art. 18 e §3º PORTARIA COMLURB Nº 008 de 27 de dezembro de 2024. Estabelece as diretrizes e procedimentos para cadastrar e autorizar pessoas jurídicas a prestar serviços de coleta e remoção de Resíduos de Construção Civil - RCC e Resíduos Sólidos Inertes - RSI na Cidade do Rio de Janeiro.

7.4.6 O prazo máximo para recebimento dos CDFs correspondentes aos manifestos gerados pela contratante é de 90 (noventa) dias,

conforme Norma Operacional nº 35 do INEA, no item 5.4.3 Os destinadores devem emitir o respectivo CDF aos geradores para todos os resíduos destinados, em até 90 (noventa dias), contados a partir do recebimento do resíduo.

7.4.7 O não atendimento ao item acima sujeita a contratada a sanções jurídicas cabíveis e suspensão do pagamento até a solução das pendências.

7.4.8 O serviço não poderá ser suspenso durante o período de solução de pendências pela contratada.

7.4.9 Para fins de encaminhamento de nota fiscal de serviço prestado, a Contratada somente poderá emitir a nota após o envio do de acordo formal da Divisão de Meio Ambiente/Seção de Resíduos através do e-mail smsresiduos.far@fiocruz.br que somente o fará após analisar os seguintes documentos correspondentes à (s) carga(s) de resíduos coletados no período:

7.4.10 Planilha de controle de coleta contendo número do MANIFESTO de remessa, número do Relatório de Recebimento do INEA, tipo de resíduo, volume auferido, data;

7.4.11 O Relatório de Recebimento emitido on-line no Sistema do INEA;

7.4.12 Relatório de atividades realizadas no mês a ser elaborado pela CONTRATADA.

7.4.13 Os serviços serão medidos conforme cada tipo de resíduo coletado e serão adotadas duas formas de mensuração:

7.4.14 Resíduo das caçambas de 1,2 m³ e sacos orgânicos da câmara frigorífica: Por m³.

7.4.15 Demais resíduos: Por m³ associado à caçamba coletada e tipo de resíduo.

7.4.16 O IMR, Anexo IV, será utilizado para medição de resultados do serviço, prevendo, inclusive, ajustes/adequações no pagamento.

7.4.17 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

## **Recebimento**

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1 O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do

art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária. O índice apresentado está alinhado com o previsto no Ofício nº 28/2023-VDGI/FAR, de 19 de maio de 2023, por meio do qual, após estudos conduzidos internamente durante o período de transição para a Lei nº 14.133/2021, a unidade entendeu que esse seria o mais adequado à realidade institucional.

### **Forma de pagamento**

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Reajuste**

7.38. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, que constará do Preâmbulo do Edital que levará a data base do orçamento à anuência da adjudicatária em fase interna da contratação.

7.39. Após o interregno de um ano, e desde que previamente solicitado pela Contratada - pedido expresso deverá ser apresentado à

Fiscalização do contrato em data anterior à anualidade a que se referir o reajuste, sob pena de abdicação tácita, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. Diante da inexistência de índice específico aplicável ao objeto contratado, adotou-se o IPCA, índice geral de preços, como parâmetro de atualização, de modo a evitar ônus injustificado à Administração.

7.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.41. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja solicitado pela CONTRATADA quando da divulgação do índice definitivo.

7.42. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.43. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.45. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **Cessão de Crédito**

7.46. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.46.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.46.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.46.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.46.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.47. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

### **8.2.4 Multa:**

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

8.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do

valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação

8.2.4.7. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.3. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.6. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.7.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.7.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.8.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.8.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.8.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.8.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.8.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.11.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade [PREGÃO], sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Regime de Execução**

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

### **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será



considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{array}{l} \text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \\ \text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \\ \text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{array}$$

9.25. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) **do valor total estimado da contratação para o período de doze meses.**

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

- 9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

#### **Qualificação Técnica**

- 9.31. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação (conforme anexo VIII)
- 9.31.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 9.32. Registro ou inscrição da empresa e seu responsável técnico na entidade profissional competente em plena validade;
- 9.32.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 9.33. Devera o licitante comprovar os seguintes requisitos descritos nas etapas da tabela de CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE, item 4.2 a seguir detalhado:
- 9.34. Apresentar a Licença ambiental emitida pelo órgão competente, para a execução desse tipo de atividade de coleta/transporte, conforme estabelecido no Decreto nº 46890 de 23 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre o Sistema Estadual de Licenciamento e demais Procedimentos de Controle Ambiental - SELCA, e dá outras providências.
- 9.35. Apresentar a Licença de Ambiental das áreas devidamente licenciadas para a destinação dos resíduos coletados, emitida pelos órgãos de controle ambiental.
- 9.36. Apresentar o Certificado de Credenciamento emitido pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB, conforme estabelecido na Portaria Nº 007 de 27 de dezembro de 2024 - Estabelece as diretrizes e procedimentos para cadastrar e autorizar pessoas jurídicas a prestar serviços de coleta e remoção de Resíduos Sólidos Extraordinário - RSE, Resíduos de Serviço de Saúde - RSS e Resíduos Recicláveis - RR com Potencial de Valorização na Cidade do Rio de Janeiro e o PORTARIA COMLURB Nº 008 de 27 de dezembro de 2024. Estabelece as diretrizes e procedimentos para cadastrar e autorizar pessoas jurídicas a prestar serviços de coleta e remoção de Resíduos de Construção Civil - RCC e Resíduos Sólidos Inertes - RSI na Cidade do Rio de Janeiro;
- 9.37. Apresentar o Atestado de Conformidade de Frota emitido pela companhia municipal de limpeza urbana - COMLURB, conforme estabelecido Portaria Nº 007 de 27 de dezembro de 2024 - Estabelece as diretrizes e procedimentos para cadastrar e autorizar pessoas jurídicas a prestar serviços de coleta e remoção de Resíduos Sólidos Extraordinário - RSE, Resíduos de Serviço de Saúde - RSS e Resíduos Recicláveis - RR com Potencial de Valorização na Cidade do Rio de Janeiro e o PORTARIA COMLURB Nº 008 de 27 de dezembro de 2024. Estabelece as diretrizes e procedimentos para cadastrar e autorizar pessoas jurídicas a prestar serviços de coleta e remoção de Resíduos de Construção Civil - RCC e Resíduos Sólidos Inertes - RSI na Cidade do Rio de Janeiro;
- 9.38. É indispensável a apresentação das Licenças, certificados e atestados exigidas nos subitens 9.45, 9.46, 9.47 e 9.48 ainda na fase habilitatória, sendo este requisito intrinsecamente relacionado a viabilidade da execução da contratação, em tela, que pressupõe, de modo inafastável, a regularidade ambiental da licitante/ contratada, conforme Acórdão nº 247/2009 - Plenário - TCU; Acórdão nº 870/2010 - Plenário - TCU; Acórdão nº 6.047/2015 - 2ª Câmara – TCU e Acórdão nº 7411/2018 - 2ª Câmara – TCU conforme ATA nº 29 de 14/07 /2018 e ainda o item 22.3.6 o qual garante o conhecimento de todos os requisitos da contratação pela licitante;
- 9.39. Para a empresa responsável pelo tratamento e disposição do resíduo, apresentar Licença Ambiental atualizada que autoriza o serviço de Tratamento e Disposição do resíduo;
- 9.40. Para as empresas subcontratadas para os serviços deste objeto serão exigidas as mesmas documentações habilitatórias e deve ser apresentado a Contratante antes da formalização do contrato entre as partes;
- 9.41. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como: fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- 9.42. SICAF;
- 9.43. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- 9.44. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)
- 9.45. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.46. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 9.47. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 9.48. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 9.49. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.50. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 9.51. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.52. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.53. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.54. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.54.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.54.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 03 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.54.1.2. Devem comprovar que a empresa executou ou executa serviços de coleta e transporte dos resíduos sólidos urbanos, classe II (comum), de forma adequada e compatível com o objeto licitado que corresponda no mínimo a 50% do total estimado do objeto a ser contratada.

9.54.1.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente

9.54.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.54.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.54.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.54.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.55. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.56. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

#### **Qualificação Técnico-Profissional**

9.57. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor (es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.57.1 Responsável Técnico: Comprovação da capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior, que pode ser Biólogo, Engenheiro Químico, Ambiental ou Civil, devidamente reconhecido pela entidade profissional competente (Conselho Federal de Biologia, Conselho Regional Química, Conselho Regional de Engenharia), detentor de atestado de responsabilidade técnica relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

9.57.2 Para o (profissional responsável técnico): Serviços relativos às atividades pertinentes ao manejo integrado resíduos Classe II, grupo D (comum), englobando gerenciamento, coleta, acondicionamento, transporte, armazenamento, tratamento e destinação final dos resíduos gerados no Instituto de Tecnologia em Fármacos/ FIOCRUZ.

9.57.3 O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.58. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.59. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.60. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.61. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.62. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.63. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.64. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### **Documentação complementar para cooperativas**

9.65. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.65.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as

respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.65.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.65.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.65.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.65.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.65.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.65.6.1. ata de fundação;

9.65.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.65.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.65.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.65.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.65.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.65.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado da contratação será tornado público após a realização da pesquisa de mercado, passando a constar no instrumento editalício, que terá como anexo o TR/PB como parte integrante do presente instrumento.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: [25201/254446];

II) Fonte de recursos: [1002];

III) Programa de trabalho: [10.303.5117.4370.0001.];

IV) Elemento de despesa: [33.90.39.]; e

V) Plano interno: [A1FAR.].

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [Local], [dia] de [mês] de [ano].

---

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

## **13. ANEXOS**

ANEXO I - TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II - CHECKLIST DO SERVIÇO DE RETIRADA DE RESÍDUOS – CLASSE II (comum);

ANEXO III - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR;

ANEXO IV – FOR.SMS.041 - DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA EMPRESAS CONTRATADAS E SUBCONTRATADAS;

ANEXO V – MODELO DE PLANILHA DE MEDIÇÃO DE SERVIÇO;

ANEXO VI – MODELO DE FORMAÇÃO DE PREÇO PARA RECOLHIMENTO DE RESÍDUOS;

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DE INFORMAÇÕES;

ANEXO VIII - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP;

### **ANEXO I TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Por meio deste instrumento, ..... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital OU Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão/Concorrência

/Dispensa Eletrônica nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20....

(Nome e Cargo do Representante Legal)

**ANEXO II**  
**CHECK LIST DO SERVIÇO DE RETIRADA DE RESÍDUOS – CLASSE II (COMUM)**



Tipo de Documento: FORMULÁRIO/REGISTRO		Código: FOR.SMS.116	Revisão: 04	Ref.: INT.SMS.064
Título: CHECKLIST DE SERVIÇO DE RESÍDUOS CLASSE II (COMUM)				
<b>ORDEM DE SERVIÇO DIÁRIA</b>				
DATA	PLACA	HORÁRIO DE ENTRADA	HORÁRIO DE SAÍDA	
		:	:	
Nº ORDEM DE SERVIÇO:		Nº MANIFESTO:		
<b>ITENS A INSPECIONAR DO CAMINHÃO</b>				
<p>1. <b>COMPACTADOR:</b> Verifique se a compactação está sendo realizada de forma uniforme e se o sistema não está apresentando falhas ou ruídos anormais.</p> <p>2. <b>BUZINA:</b> Verifique o funcionamento e a audibilidade do som.</p> <p>3. <b>SINALIZAÇÃO SONORA DE RÉ:</b> Verifique se a sinalização sonora (normalmente um alarme) está ativada e funcionando corretamente com o motor ligado do caminhão.</p> <p>4. <b>CALHA:</b> Inspeção visualmente a calha para detectar sinais de desgaste, danos ou obstruções. Verifique se a calha está limpa e livre de detritos que possam impedir o fluxo adequado.</p> <p>5. <b>AVERIGUAÇÃO DE VAZAMENTO DE CHORUME:</b> Procure por sinais de vazamentos e examine conexões e vedação.</p> <p>6. <b>AVERIGUAÇÃO DE OUTROS VAZAMENTOS:</b> Verifique se há manchas, acúmulos de fluidos ou áreas úmidas sob o caminhão.</p> <p>7. <b>OUTROS:</b> _____</p>				
<i>EM CASO DE NÃO CONFORMIDADE, COMUNICAR AO LÍDER/CHEFIA IMEDIATA E/OU SEGURANÇA DO TRABALHO</i>				
<b>TREINAMENTO DE INTEGRAÇÃO</b>				
A equipe de coleta recebeu o treinamento de integração que aborda as normas e procedimentos institucionais relacionados à segurança e operação, conforme o objetivo de ambientar os novos colaboradores à cultura corporativa de Farmanguinhos?		( ) SIM	( ) NÃO	
<b>UNIFORMES DA EQUIPE DE COLETA</b>				
Verifique se todos os colaboradores estão utilizando o uniforme completo, conforme as diretrizes de Farmanguinhos. O uniforme deve incluir calça, camisa de manga e sapato fechado.		( ) SIM	( ) NÃO	
<i>NÃO É PERMITIDO O USO DE BERMUDA, CHINELO OU CAMISETA NO CAMPUS CTM.</i>				
<b>DADOS DA CONTRADADA</b>				
NOME DA EMPRESA	NOME DO MOTORISTA		VALIDADE DA CNH	
LIBERADO PARA COLETAR POR:			( ) SIM	( ) NÃO

[illegible]

**ANEXO III**  
**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR**

Indicador de Nível de Serviços nº 1 - Respeito aos atendimentos das demandas do Instituto de Tecnologia em Fármacos/ FIOCRUZ	
ITEM:	DESCRIÇÃO:
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas de Farmanguinhos, no CTM-FAR, relativamente ao objeto contratual, estas fixadas no Termo de Referência, bem como as demais solicitações pertinentes ao contrato feitas por e-mail e telefone à CONTRATADA.

Meta a cumprir	A execução, dentro dos padrões de uma indústria farmacêutica, do serviço de no manejo integrado de resíduos Classe II, grupo D (comum), ao qual entende-se na ação de gerenciar os resíduos em seus aspectos intra e extra estabelecimento, desde a geração até a disposição final, incluindo as etapas: Coleta /Transporte e Destinação Final, contemplando o fornecimento de equipamentos suficientes para movimentação interna e externa dos resíduos, até o seu tratamento e destinação final.	
Instrumento de medição	A execução dos serviços contratadas será medida por meio de Indicadores de Desempenho, pelas solicitações feitas à CONTRATADA pela CONTRATANTE; pelas ordens de serviços (O.S) emitidas pela CONTRATADA e dossiê de envio de carga gerado pela CONTRATANTE.	
Forma de acompanhamento:	Pelas ordens de serviços e pelo relatório gerencial.	
Periodicidade	Conforme demanda.	
Início da Vigência	A partir do início da prestação do serviço.	
Mecanismo de Cálculo	Por cada ordem de serviço, quando as ocorrências serão verificadas e valoradas individualmente.	
Faixas de Ajuste no Pagamento	GRAU	CORRESPONDÊNCIA
	1	0,2%
	2	0,4%
	3	0,8%
	4	1,6%
	5	3,2%
	Aplicação de: glosa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) até o máximo de 3,2% (três vírgula dois por cento) sobre o valor mensal do contrato de acordo com este Anexo, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente.	

Sanções:	Advertência: ultrapassou o limite máximo de 3,2% (três vírgula dois por cento), aplica-se a sanção prevista no subitem 20.2.1 deste Termo de Referência.
	Reincidência na ultrapassagem do limite máximo de 3,2% (três vírgula dois por cento), aplica-se a sanção prevista no item 20.2.3 (impedimento de licitar) rescisão contratual) do Termo de Referência.
Definições:	Ocorrência: não execução de atividade, ação, obrigação ou atendimento de prazos em condições divergentes ao estipulado no Termo de Referência e seus Anexos.

**OBSERVAÇÕES:** Todas as ocorrências registradas nas Ordens de Serviço de serviços, deverão ser notificadas à CONTRATADA, estipulando prazo para solução das falhas apontadas. Todos os registros deverão ser datados. Todas as ocorrências deverão ser descritas no Relatório Mensal a ser enviado à FISCALIZAÇÃO, juntamente com a fatura atestada para liberação do pagamento.

ITEM	DESCRIÇÃO E CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS	METAS MENSAIS
01	Permitir a presença de empregado sem uniforme, com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá, por empregado e por ocorrência.	Grau 1.
02	Apresentar média mensal abaixo de 95% na avaliação de satisfação do cliente, registrados em cada ordem de serviço, por item e por ocorrência.	Grau 2.
03	Tempo médio para início do atendimento das solicitações (a contar a partir da solicitação) acima do acordado no Contrato, por ocorrência.	Grau 2.
04	O responsável encarregado da operação inspeciona periodicamente, as áreas de armazenamento verificando os possíveis pontos de deterioração dos recipientes e, vazamentos causados por corrosão ou outros fatores, assim também como o sistema de contenção.	Grau 3.
05		Grau 4.



	<p>Considerando que Farmanguinhos é uma indústria farmacêutica, a qual obedece rígidos critérios de Boas Práticas de Fabricação – BPF, em cumprimento de tais exigências, a CONTRATADA deve realizar as coletas diárias ou 3 vezes por semana, de acordo com o solicitado pela Contratante, sempre no primeiro horário, entre 8h00min e 10h00min, preferencialmente com caminhão vazio, evitando que o caminhão venha com chorume para as instalações da CONTRATANTE. O não cumprimento de tal exigência poderá inviabilizar o acesso às nossas instalações, caso seja identificado vazamento de chorume no caminhão de coleta encaminhado pela Contratada.</p>	
06	<p>O caminhão não pode ter vazamento de chorume; o não cumprimento dessa exigência poderá inviabilizar o acesso às nossas instalações.</p>	Grau 5.

**ANEXO IV**  
**DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA EMPRESAS CONTRATADAS E SUBCONTRATADAS**

## SUBCONTRATADAS



Tipo de Documento: FORMULÁRIO/REGISTRO	Código: FOR.SMS.041	Revisão: 12	Ref.: N/A
Título: DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA EMPRESAS CONTRATADAS, SUBCONTRATADAS OU PARCEIRAS			

**1. Empresas que irão trabalhar até 05 (cinco) dias, deverão apresentar os documentos abaixo digitalizados com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência:**

- a) Páginas da carteira de trabalho: página da foto com o número da carteira, série e assinatura do portador, da qualificação civil e do contrato de trabalho;
- b) Ou ficha de registro com identificação e assinatura do empregador ou cadastro no E-social conforme a portaria SEPRT 1195 (30/10/2019) e suas atualizações;
- c) Ou contrato de trabalho, devidamente assinado pelas partes interessadas;
- d) Atestado de Saúde Ocupacional - ASO, conforme NR 07;
- e) Plano de Atendimento de Emergência – modelo anexo;
- f) Carteira de vacinação do adulto;
- g) Comprovante de capacitação técnica para as funções específicas;
- h) Lista de equipamentos, ferramentas e materiais que serão utilizados na execução das atividades, quando aplicável;
- i) Quando aplicável, ART do Responsável Técnico pelo Projeto/Obra;
- j) Quando aplicável, CREA ou respectivo Conselho de Classe;
- k) Quando aplicável, comprovantes de Treinamentos Obrigatórios (item 9);
- l) Quando aplicável, documentos para movimentação de cargas (item 8).

**Nota 1:** Para as empresas que se enquadrarem no item 1 não será exigida a apresentação da Ficha de EPI, mas todos os funcionários deverão portar seus respectivos equipamentos de acordo com os riscos da atividade, conforme determina a NR 6 – EPI;

**Nota 2:** Não se enquadram no item 1, empresas que executem serviços que envolvam risco químico, físico, biológico, trabalhos em altura, espaço confinado, eletricidade, trabalhos a quente, movimentação de carga com equipamentos de guindar, dentre outros que poderão ser enquadrados conforme análise da Divisão de Segurança do Trabalho. Nestes casos a empresa deverá ser enquadrada no item 2 deste Formulário.

**2. Empresas que irão trabalhar com prazo de 06 (seis) a 30 (trinta) dias, esporadicamente ou irão realizar levantamento de informações para elaboração de projetos, com prazo máximo de 90 (noventa) dias, deverão apresentar os documentos abaixo digitalizados com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência:**

- a) Páginas da carteira de trabalho: página da foto com o número da carteira, série e assinatura do portador, da qualificação civil e do contrato de trabalho;
- b) Ou ficha de registro com identificação e assinatura do empregador ou cadastro no E-social conforme a portaria SEPRT 1195 (30/10/2019) e suas atualizações;
- c) Ou contrato de trabalho, devidamente assinado pelas partes interessadas;

Data de Validade  
14.08.2027

Página  
1/7

Tipo de Documento: <b>FORMULÁRIO/REGISTRO</b>	Código: <b>FOR.SMS.041</b>	Revisão: <b>12</b>	Ref.: <b>N/A</b>
Título: <b>DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA EMPRESAS CONTRATADAS, SUBCONTRATADAS OU PARCEIRAS</b>			

- d) Atestado de Saúde Ocupacional - ASO, conforme NR 07;
  - e) Plano de Atendimento de Emergência – modelo anexo;
  - f) Carteira de vacinação do adulto.
  - g) Ficha de entrega de Equipamento de Proteção Individual - EPI e uniformes, conforme NR - 06, devidamente assinada pelo empregador e pelo empregado;
  - h) Ordem de Serviço - OS, conforme NR - 01;
  - i) Comprovante de capacitação técnica para as funções específicas a serem realizadas;
  - j) Análise Preliminar de Riscos - APR com descrição detalhada das atividades, identificação dos riscos envolvidos e medidas de controle que reduzam ou eliminem os riscos identificados, exceto para as atividades de levantamento de informações para elaboração de projetos;
  - k) Lista de equipamentos, ferramentas e materiais que serão utilizados na execução das atividades;
  - l) Quando aplicável, cópia da ART do Responsável Técnico pelo Projeto/Obra;
  - m) Quando aplicável, cópia do CREA ou respectivo Conselho de Classe;
  - n) Quando aplicável, comprovantes de treinamentos Obrigatórios (item 9);
  - o) Quando aplicável, documentos para movimentação de cargas (item 8);
  - p) Foto 3x4 digital, em formato JPG ou BMP.
- 3. Empresas que irão trabalhar com prazo superior a 30 (trinta) dias ou irão realizar levantamento de informações para elaboração de projetos, com prazo superior a 90 (noventa) dias, além das exigências listadas no item 2, deverão apresentar os documentos abaixo digitalizados em até 45 dias após o início das atividades:**
- a) Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, conforme NR – 01;
  - b) Laudo Técnico das condições Ambientais do Trabalho - LTCAT, conforme Lei nº 8.213, de 1991 e suas atualizações;
  - c) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, conforme NR – 07;
  - d) Constituir Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, quando aplicável, ou indicar o seu representante legal devidamente registrado, conforme determina a NR 05, fundamentada no grau de risco da Unidade onde será executada a atividade;
  - e) Constituir Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT, quando aplicável, ou indicar o seu representante legal devidamente registrado, conforme determina a NR 04, fundamentada no grau de risco da Unidade onde será executada a atividade;
  - f) Laudo de Insalubridade e Periculosidade;

Data de Validade  
14.08.2027

Página  
2/7

Tipo de Documento: <b>FORMULÁRIO/REGISTRO</b>	Código: <b>FOR.SMS.041</b>	Revisão: <b>12</b>	Ref.: <b>N/A</b>
Título: <b>DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA EMPRESAS CONTRATADAS, SUBCONTRATADAS OU PARCEIRAS</b>			

**4. Estrangeiros a trabalho, deverão apresentar os documentos abaixo, digitalizados, com 15 (quinze) dias úteis de antecedência:**

- Passaporte com visto para trabalho, quando aplicável (conforme QGRV - Quadro Geral de Regime de Vistos para a Entrada de Estrangeiros no Brasil, da Divisão de Controle Migratório do MRE – Ministério das Relações Exteriores);
- Seguro Viagem;
- Declaração de Vínculo e/ou Responsabilidade;
- Plano de Atendimento de Emergência – modelo anexo;
- Carteira de vacinação do viajante;
- Atender as exigências do item 05.

**Nota 3:** Portar seus respectivos equipamentos de acordo com os riscos de sua atividade, conforme determina a NR 6 – EPI;

**Nota 4:** Atender as legislações brasileiras relacionadas às áreas de Saúde e Segurança do Trabalho.

**5. Parceiros nacionais ou internacionais:**

Para acesso de pessoas provenientes de parcerias externas, tais como representantes de empresas parceiras em projetos de absorção/transferência de tecnologias ou em projetos de desenvolvimento tecnológico, Cooperação Técnica ou qualquer outro tipo de acordo técnico externo, a área demandante, deverá enviar um e-mail, com pelo menos **15 (quinze)** dias de antecedência, para [cadastroempresa.far@fiocruz.br](mailto:cadastroempresa.far@fiocruz.br), informando:

- data do evento/acompanhamento;
- quantidade de pessoas que irão realizar a atividade;
- quais atividades serão realizadas e/ou acompanhadas;
- local de realização das atividades.

**6. Parceiros Nacionais que irão executar atividades laborais, deverão apresentar os documentos abaixo, digitalizados, com 15 (quinze) dias úteis de antecedência:**

- Documento que comprove o vínculo da (s) pessoa(s) com a empresa parceira (carteira de trabalho, contrato de trabalho ou ficha de registro do funcionário (sempre assinados pelo empregador/contratante);
- Atestado de Saúde Ocupacional - ASO, conforme NR 07;
- Plano de Atendimento de Emergência – modelo anexo (a ser preenchido pelo responsável pelo projeto em Farmanguinhos);
- Carteira de vacinação do adulto;
- Comprovante de capacitação técnica para funções específicas, quando aplicável;
- Lista de equipamentos, ferramentas e materiais que serão utilizados na execução das atividades, quando aplicável;

Data de Validade  
14.08.2027

Página  
3/7

Tipo de Documento: <b>FORMULÁRIO/REGISTRO</b>	Código: <b>FOR-SMS.041</b>	Revisão: <b>12</b>	Ref.: <b>N/A</b>
Título: <b>DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA EMPRESAS CONTRATADAS, SUBCONTRATADAS OU PARCEIRAS</b>			

g) Quando aplicável, comprovantes de Treinamentos Obrigatórios (item 9).

**7. Parceiros Internacionais que irão executar atividades laborais, deverão apresentar os documentos abaixo, digitalizados, com 15 (quinze) dias úteis de antecedência:**

Atender as exigências do item 04 (Estrangeiros a Trabalho) e atender ao item 05.

**8. Para movimentação de cargas (além das exigências listadas no item 1 ou 2 acima, deverão apresentar):**

- a) Comprovante de capacitação do Operador de Guindaste/Caminhão Munk;
- b) Habilitação do condutor do veículo;
- c) Checklist do equipamento de movimentação de carga;
- d) Plano de Rigging (carga ≥ 3 toneladas ou de acordo com APR);
- e) ART do Responsável Técnico pelo Plano de Rigging.

**9. Treinamentos Obrigatórios:**

a) Comprovante de treinamentos obrigatórios de segurança de acordo com as atividades que serão executadas:

- NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- NR 11 – Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais;
- NR 12 – Segurança do Trabalho em Máquinas e Equipamentos;
- NR 33 – Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados;
- NR 35 – Trabalho em Altura.

**Nota 5:** Para as atividades relacionadas às NR 33 e 35 deverão apresentar Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, com a observação “Apto para trabalho em altura /espaço confinado” além dos exames específicos para estas atividades (eletrocardiograma, eletroencefalograma, glicemia, audiometria, acuidade visual, espirometria, Rx de tórax, teste de Romberg e avaliação psicossocial).

**10. Notas aplicáveis a qualquer tipo de acesso acima detalhado, conforme o enquadramento:**

**Nota 6:** Todos os documentos deverão ser enviados para o e-mail: [cadastroempresa\\_for@fiocruz.br](mailto:cadastroempresa_for@fiocruz.br) para análise das áreas pertinentes a cada matéria (Segurança, Saúde, Cadastro e Acesso). Orientamos que conste no e-mail: **O nome da empresa, descrição das atividades, área de atuação e que o envio de e-mail com a documentação seja por profissional.**

**Nota 7:** Para qualquer um dos enquadramentos acima, deverá ser efetuado o preenchimento da planilha\_sap com dados do(s) funcionário(s) para cadastro, conforme orientação da planilha;

Data de Validade  
14.08.2027

Página  
4/7

Tipo de Documento: <b>FORMULÁRIO/REGISTRO</b>	Código: <b>FOR.SMS.041</b>	Revisão: <b>12</b>	Ref.: <b>N/A</b>
Título: <b>DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA EMPRESAS CONTRATADAS, SUBCONTRATADAS OU PARCEIRAS</b>			

**Nota 8:** Para qualquer um dos enquadramentos acima, recomenda-se que a carteira de vacinação dos profissionais esteja atualizada e aquelas empresas que apresentam PCMSO, que exijam vacinação específica para atividade, deverão seguir as orientações que constam no programa (PCMSO).

**Nota 9:** Qualquer alteração no quadro de funcionários, em relação a substituições ou acréscimos, deverá ser comunicada com no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência ao Núcleo de Cadastro, via e-mail [cadastroempresa.far@fiocruz.br](mailto:cadastroempresa.far@fiocruz.br), e todas as documentações do novo funcionário deverão ser apresentadas, conforme enquadramento acima;

**Nota 10:** Os desligamentos deverão ser informados imediatamente ao Núcleo de Cadastro, com a respectiva data do desligamento, através do e-mail: [cadastroempresa.far@fiocruz.br](mailto:cadastroempresa.far@fiocruz.br). O fiscal do contrato ou responsável designado, é o responsável pela devolução do crachá do profissional à Segurança Patrimonial, se aplicável;

**Nota 11:** Quando a empresa Contratada e/ou Subcontratada contratar outra empresa para executar algum serviço, esta deverá apresentar ao Núcleo de Cadastro uma declaração ou contrato assinado pelas partes envolvidas, a ser fornecido pela Contratante informando que a empresa em questão está executando trabalhos para a mesma, além de atender as exigências de documentação de cada atividade;

**Nota 12:** A integração será previamente agendada e realizada de acordo com a demanda da Instituição e disponibilidade dos instrutores, após aprovação de todos os documentos para posteriormente ser autorizado o início das atividades;

**Nota 13:** Além das exigências legais acima descritas, a contratada fica obrigada a cumprir os procedimentos internos de Farmanguinhos, de acordo com a área de realização das atividades;

**Nota 14:** Os documentos constantes no **item 3** deverão ser apresentados no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, após o início das atividades. Se identificada pelas áreas responsáveis, a necessidade de ajustes, o prazo para devolução do documento corrigido deverá ser de 20 (vinte) dias, a contar da data da apresentação da não conformidade;

**Nota 15:** Para participação de reuniões em áreas administrativas não se faz necessário apresentação dos documentos listados nos itens acima, devendo apenas ocorrer o acompanhamento do funcionário pela área responsável pela realização da respectiva reunião;

**Nota 16:** Para o acesso de visitantes e/ou acompanhantes de processo fabril, os mesmos devem participar do briefing de Segurança e Meio Ambiente e Saúde antes de acessar à área fabril;

**Nota 17:** Outras exigências eventualmente poderão surgir de acordo com a complexidade da atividade a ser executada pelo parceiro e/ou de acordo com a área a ser visitada;

**Nota 19:** Regras de vestuário do Estilo Far seguem vigentes, sendo proibido o uso de camisetas, bermudas/shorts, chinelos, sandálias/ tamancos abertos atrás e blusas curtas (cropped).

**Nota 20:** Cada item da documentação deste Formulário deve ser enviado individualmente em formato PDF.

Data de Validade 14.08.2027
--------------------------------

Página 5/7
---------------

Tipo de Documento: <b>FORMULÁRIO/REGISTRO</b>	Código: <b>FOR.SMS.041</b>	Revisão: <b>12</b>	Ref.: <b>N/A</b>
Título: <b>DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA EMPRESAS CONTRATADAS, SUBCONTRATADAS OU PARCEIRAS</b>			

**11. Orientação para solicitação de autorização de acesso às áreas produtivas e almoxarifados:**

Para acesso às áreas produtivas e almoxarifados, é necessário a solicitação de autorização, conforme orientações a seguir:

**a) Para acesso às áreas produtivas:**

O fiscal do contrato ou responsável designado por Farmanguinhos para acompanhamento da Empresa, na fase de envio da documentação para o Núcleo de Cadastro, deverá encaminhar um e-mail separado com nome dos profissionais e descrição sucinta da atividade que será realizada nas áreas fabris da unidade e/ou a necessidade de acessos às áreas produtivas.

O título do e-mail deverá ser "Solicitação de acesso às áreas Produtivas", com

cópia para os seguintes destinatários:

- Vice-diretoria de Operações e Produção;
- Vice-diretoria de Gestão da Qualidade;
- Serviço de Boas Práticas de Documentação ([sgqintegracao\\_far@fiocruz.br](mailto:sgqintegracao_far@fiocruz.br));
- Segurança Patrimonial ([segurancapatrimonial@fiocruz.br](mailto:segurancapatrimonial@fiocruz.br));
- Departamento de Saúde ([saudetrabalhador\\_far@fiocruz.br](mailto:saudetrabalhador_far@fiocruz.br)); e
- Segurança do Trabalho ([smsseguranca\\_far@fiocruz.br](mailto:smsseguranca_far@fiocruz.br)).

**b) Para acesso às áreas de Almoxarifados:**

O fiscal do contrato ou responsável designado por Farmanguinhos para acompanhamento da Empresa, na fase de envio da documentação para o Núcleo de Cadastro, deverá encaminhar um e-mail separado com nome dos profissionais e descrição sucinta da atividade que será realizada no(s) almoxarifado(s) e/ou a necessidade de acesso aos mesmos.

O título do e-mail deverá ser "Solicitação de acesso às áreas de Almoxarifado", com

cópia para os seguintes destinatários:

- Vice-diretoria de Gestão Institucional (Departamento de Logística);
- Vice-diretoria de Gestão da Qualidade;
- Serviço de Boas Práticas de Documentação ([sgqintegracao\\_far@fiocruz.br](mailto:sgqintegracao_far@fiocruz.br));
- Segurança Patrimonial ([segurancapatrimonial@fiocruz.br](mailto:segurancapatrimonial@fiocruz.br));

Data de Validade 14.08.2027
--------------------------------

Página 6/7
---------------



Tipo de Documento: <b>FORMULÁRIO/REGISTRO</b>	Código: <b>FOR.SMS.041</b>	Revisão: <b>12</b>	Ref.: <b>N/A</b>
Título: <b>DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA EMPRESAS CONTRATADAS, SUBCONTRATADAS OU PARCEIRAS</b>			

- Departamento de Saúde ([saudetrabalhador.far@fiocruz.br](mailto:saudetrabalhador.far@fiocruz.br)) e
- Segurança do Trabalho ([smsseguranca.far@fiocruz.br](mailto:smsseguranca.far@fiocruz.br)).

**ANEXO I**  
**PLANO DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA FAR PARCEIROS -VISITANTES**

 		EMPRESA: <input type="text"/>	PREENCHER AS INFORMAÇÕES SOLICITADAS
<b>PLANO DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA FAR PRESTADORES DE SERVIÇOS - VISITANTES - ANEXO I DO FORMULÁRIO FOR.SMS.041</b>			
<b>EM CASOS DE EMERGÊNCIA</b>	<b>AÇÃO</b>		<b>RETORNO DO FUNCIONÁRIO</b>
	1- AÇONAR O RAMAL: 6300 / 8400 / 6288		O FUNCIONÁRIO DEVERÁ RETORNAR AO DEPARTAMENTO DE SAÚDE DE FAR, MUNDO DA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA RELATIVA AO ATENDIMENTO EXTERNO PARA FINALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO MÉDICO
	2- CASO POSSÍVEL SE DIRECIONAR AO SERVIÇO DE SAÚDE		
	3- RESPONSÁVEL IMEDIATO	NOME: <input type="text"/> CONTATO: <input type="text"/>	
	4- RESPONSÁVEL SUBSTITUTO	NOME: <input type="text"/> CONTATO: <input type="text"/>	
	5- A EMPRESA POSSUI PLANO DE SAÚDE? ( ) SIM ( ) NÃO SE SIM, QUAL? <input type="text"/>		
	6- POSSUI COBERTURA NACIONAL? ( ) SIM ( ) NÃO		
	7- EM CASO DE ATENDIMENTO EXTERNO, COMO DEVERÁ SER FEITA A REMOÇÃO?		
	( ) CARRO DA EMPRESA		
	( ) AMBULÂNCIA - CONTRATO DE ÁREA PROTEGIDA		
( ) OUTROS QUAL? <input type="text"/>			
TODA REMOÇÃO DEVERÁ SER ACOMPANHADA POR UM REPRESENTANTE DA EMPRESA OU DA ÁREA.			
NOTA: DEPENDENDO DA GRAVIDADE DO CASO, A ESCOLHA DO TRANSPORTE SERÁ REALIZADA PELO DGST.			

Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos  
 Av. Comandante Guarany 447 Jaraguá  
 Rio de Janeiro - RJ - Cep: 22775- 903  
 Tel/Fax: (5521) 3348-5050 / www.far.fiocruz.br

Data de Validade  
14.08.2027

Página  
7/7



**ANEXO V**  
**MODELO DE PLANILHA DE MEDIÇÃO DE SERVIÇO**

LOCAL DA EMPRESA	Gerador: P&S TRITTO DE TELESNICK/AMM/AMERICA -								
	CNPJ: 13.761.075/0001-00								
	Responsável pela Expedição dos Resíduos:								
	e-mail: <a href="mailto:residuos@p&amp;sbrasil.com.br">residuos@p&amp;sbrasil.com.br</a>								

  

RESÍDUOS	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	TOTAL POR ITEM
Resíduo de Tratamento (Sacos 12m)			
Resíduo de Alamo de Cimento (Cac. 50m)			
Resíduo de Alamo de Lodo (Cac. 50m com Tampa)			
Resíduo de Geração Final (Cac. 20m)			
		TOTAL GERAL	

  

RASTREABILIDADE - NOME DA EMPRESA - MÊS/ANO										
DATA	CG	GERADOR	RESÍDUO	ACONDICION.	QUANT. DE CONSUM. NO	QUANT. TOTAL 12m³	QUANT. DE CONSUMO DE SACOS	QUANT. TOTAL DE SACOS (m³)	TOTAL DE CONSUMO (QUANT. TOTAL 12m³ + QUANT. TOTAL DE SACOS (m³))	MANEIO
			FUND. DEW. CRUZ	CONT. 12m³						
			FUND. DEW. CRUZ	CONT. 12m³						
			FUND. DEW. CRUZ	CONT. 12m³						
<b>TOTAL CONT. 12m³</b>										
<b>TOTAL SACOS DE 12m³</b>										
<b>TOTAL SACOS DE 20m³</b>										
			FUND. DEW. CRUZ	CAC. 50m						
			FUND. DEW. CRUZ	CAC. 50m						
			FUND. DEW. CRUZ	CAC. 50m						
<b>TOTAL CONT. 50m</b>										
			FUND. DEW. CRUZ	CAC. 50m COM TAMPA						
			FUND. DEW. CRUZ	CAC. 50m COM TAMPA						
			FUND. DEW. CRUZ	CAC. 50m COM TAMPA						
<b>TOTAL CONT. 50m COM TAMPA</b>										
			FUND. DEW. CRUZ	CAC. 20m						
			FUND. DEW. CRUZ	CAC. 20m						
			FUND. DEW. CRUZ	CAC. 20m						
<b>TOTAL CONT. 20m</b>										

**ANEXO VI**  
**MODELO DE FORMAÇÃO DE PREÇO PARA RECOLHIMENTO DE RESÍDUOS**

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	TIPO	SUBTENS	TIPO DE RESÍDUOS	FORMA DE ARMAZENAMENTO	VOLUME MÁXIMO ESTIMADO A SER COLETADO POR MÊS m³ (por tipo de resíduo em m³)	TECNOLOGIA DE TRATAMENTO	VALOR UNITÁRIO m³ (R\$)	VALOR TOTAL MENSAL (R\$)		
1	Prestação de serviço de manejo integrado resíduos Classe II, grupo D (comum), englobando gerenciamento, coleta, acondicionamento, transporte, armazenamento, tratamento e destinação final dos resíduos gerados no Instituto de Tecnologia em Fármacos/ FIOCRUZ	24708	Etapa 1 gerenciamento, acondicionamento, coleta e transporte (Valor R\$/m³)	1	Comum (variação, banheiro, Etc)	Caçamba 1,2m³	184,8	Aterro sanitário				
				2	Resíduos de Construção civil, ROC	Caçamba 5m³	15	Reciclagem				
				3	Lodo Inerte - Classe IIA	Caçamba com tampa articulada de 5m³	5	Aterro sanitário				
				4	Resíduos de varrição, poda, madeira e etc. (Resíduo comum)	Caçamba 30m³	120	Aterro sanitário				
				5	Resíduos orgânicos (sacos)	Saco de lixo 100L/200L (Preto)	80,08	Compostagem ou aproveitamento energético na produção de biogás				
			Subtotal ETAPA 1									
			Etapa 2 Armazenamento e tratamento e destinação final (Valor R\$/m³)	1	Comum (variação, banheiro, Etc)	Caçamba 1,2m³	184,8	Aterro sanitário				
				2	Resíduos de Construção civil, ROC	Caçamba 5m³	15	Reciclagem				
				3	Lodo Inerte - Classe IIA	Caçamba com tampa articulada de 5m³	5	Aterro sanitário				
				4	Resíduos de varrição, poda, madeira e etc. (Resíduo comum)	Caçamba 30m³	120	Aterro sanitário				
				5	Resíduos orgânicos (sacos)	Saco de lixo 100L/200L (Preto)	80,08	Compostagem ou aproveitamento energético na produção de biogás				
Subtotal ETAPA 2												
VALOR TOTAL MENSAL (Subtotal Etapa 1 + Subtotal Etapa 2)												
PERÍODO EXECUÇÃO (Meses)										12		
VALOR TOTAL ANUAL (Valor total mensal x Período Execução)												

## ANEXO VII DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DE INFORMAÇÕES

Processo 25387.000738/2025-77

Declaro que tomei conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações relativas à prestação do serviço de manejo integrado resíduos Classe II, grupo D (comum), englobando acondicionamento, coleta, transporte, armazenamento e destinação final dos resíduos comuns gerados no Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos/ FIOCRUZ.

Data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ a e carimbo do representante da empresa licitante

## ANEXO VIII ETP

## INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FARMACOS

## Estudo Técnico Preliminar 368/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 25387.000738/2025-77

## 2. Serviço Solicitado

Contratação de empresa especializada no **manejo integrado resíduos Classe II, grupo D (comum)**, englobando duas etapas: Etapa 1 (gerenciamento, acondicionamento, coleta e transporte), Etapa 2 (armazenamento e tratamento e destinação final dos resíduos comuns gerados no Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos/ FIOCRUZ), nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

## 3. Descrição da necessidade

A Divisão do Meio Ambiente tem como responsabilidade realizar o correto gerenciamento e descarte dos resíduos gerados na unidade em cumprimento às regulamentações ambientais e exigências legais descritas na Lei Municipal nº 3.273, de 06/09/2001 (RJ), para estabelecimento público ou privado com atividades comerciais, industriais ou de serviços, que produz lixo perigoso, químico, infectante, dentre outros.

Desta forma, sendo Farmanguinhos uma unidade Farmacêutica, que requer atendimento às BPF – Boas Práticas de Fabricação, RDC 658 /2022 e legislação ambiental pertinente ao tema, incluindo a certificação ISO 14001/2015, para a qual a unidade é certificada desde 2015, não podemos atuar sem o serviço ora contratado, que corresponde ao recolhimento de todo resíduo comum gerado além dos resíduos orgânicos do restaurante, diariamente. A falta desse serviço seria uma não conformidade grave pois possibilitaria que os resíduos orgânicos entrando facilmente em putrefação, ocasionasse o aparecimento de diversos vetores nocivos para o ambiente fabril de nossa unidade (ratos, baratas, etc).

Portanto, uma vez que o referido serviço é indispensável ao funcionamento de Farmanguinhos faz-se necessário adotar providências no sentido de evitar a descontinuidade dessa atividade que não tem condições de ser atendida pelos recursos próprios.

## 4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Centro de Segurança do Trabalho e Gestão Ambiental	Cristiane de Oliveira Magalhães

## 5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Trata-se de serviço comum de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Para que o presente serviço seja contratado e corretamente prestado, existem requisitos mínimos para sua satisfação, tais como as normativas da ABNT abaixo:

- NBR 7.500/2020 - Identificação para o transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de produtos
- NBR nº11174/1990 - Armazenamento de resíduos classes II - não inertes e III - inertes - Procedimento.

Importante destacar que o item segurança é essencial, visando garantir a continuidade dos serviços executados pelo CSTGA - Centro de Segurança do Trabalho e Gestão Ambiental da unidade e, principalmente, assegurar que as nossas atividades não causem nenhum impacto negativo significativo ao Meio Ambiente.

## 6. Levantamento de Mercado

Informamos que a pesquisa de mercado que foi realizada de acordo com as Instrução Normativas nº 65/2021 e suas atualizações. As propostas apresentadas por fornecedores tem validade de 60 dias, caso no momento do Pregão estejam vencidas, será elaborada justificativa para aproveitamento dos preços, conforme Guia de Pesquisa de Preços e de Mercado instituído pela Unidade.

## 7. Descrição da solução como um todo

A destinação adequada dos resíduos classe II, que são resíduos não inertes e podem apresentar riscos ao meio ambiente e à saúde pública, requer uma abordagem cuidadosa e responsável. Aqui estão algumas etapas que podem ser consideradas como solução geral para lidar com a contratação de resíduos classe II:

- **Identificação e Classificação:** Primeiro, é importante identificar e classificar corretamente os resíduos classe II gerados. Isso ajuda a determinar os riscos associados e as medidas de manejo apropriadas.
- **Minimização na Fonte:** A redução da geração de resíduos é sempre preferível. As empresas devem adotar práticas de produção mais limpas e eficientes para minimizar a quantidade de resíduos classe II gerados.
- **Separação e Armazenamento:** Os resíduos classe II devem ser devidamente separados na fonte e armazenados em recipientes adequados, rotulados e em local seguro para evitar a contaminação do ambiente e prevenir vazamentos.
- **Contratação de Empresas Especializadas:** Para o transporte e tratamento dos resíduos, é essencial contratar empresas licenciadas e especializadas nesse tipo de manejo. Essas empresas possuem os conhecimentos e equipamentos necessários para lidar com resíduos classe II de maneira segura e ambientalmente adequada.
- **Documentação e Rastreabilidade:** É importante manter registros detalhados de todas as etapas do manejo dos resíduos, desde a geração até a disposição final. Isso ajuda na rastreabilidade e conformidade com as regulamentações.
- **Tratamento Adequado:** Dependendo das características dos resíduos, eles podem passar por processos de tratamento, como estabilização, solidificação ou neutralização, para reduzir os riscos antes da disposição final.
- **Disposição Final:** A disposição final dos resíduos classe II deve ser feita em aterros sanitários licenciados e adequados para esse tipo de material. É importante seguir as regulamentações locais e nacionais para garantir a segurança ambiental.
- **Monitoramento e Auditorias:** Regularmente, deve ser feito o monitoramento do processo de manejo de resíduos classe II, bem como auditorias para garantir o cumprimento das regulamentações e identificar oportunidades de melhoria.
- **Educação e Treinamento:** Todos os funcionários envolvidos no manuseio e gerenciamento dos resíduos devem receber treinamento adequado sobre as práticas seguras e ambientalmente corretas.
- **Incentivos para Práticas Sustentáveis:** Governos e entidades reguladoras podem oferecer incentivos financeiros ou fiscais para empresas que adotem práticas sustentáveis de gestão de resíduos.

Lembrando que as práticas e regulamentações específicas podem variar de acordo com o país e região, então é importante sempre consultar as autoridades locais e especialistas em gestão de resíduos para garantir o cumprimento adequado das normas.

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os quantitativos das CAÇAMBAS a serem disponibilizadas no campus, seguem discriminados na tabela abaixo.

\* **Caçambas fixas**

**\*\* Uma fixa e as demais para troca sempre que solicitado, podendo ficar até o quantitativo máximo definido na unidade, caso seja necessário.**

**\*\*\* Para as caçambas de 1,2m3 deve ser considerado somente o recolhimento dos resíduos, sendo a troca somente em caso de mal funcionamento ou defeito da caçamba após solicitação.**

--	--	--	--	--	--

DESCRIÇÃO DA CAÇAMBA	QUANTIDADE  CAÇAMBAS FIXAS	QUANTIDADE MÁXIMA DE TROCAS POSSÍVEIS NO MÊS	QUANTIDADE MÁXIMA DE TROCAS/ANO 12 MESES	QUANTIDADE ESTIMADA DO VOLUME DE RETIRADA CORRESPONDENTE EM m³/MÊS CONSIDERANDO A QUANTIDADE DE CAÇAMBAS FIXAS	QUANTIDADE ESTIMADA ANO DE VOLUME DE RETIRADA CORRESPONDENTE EM m³/12 MESES CONSIDERANDO A QUANTIDADE DE CAÇAMBAS FIXAS
CAÇAMBA DE 1,20 m³	10*	N/A	N/A	184,80m³	2.217,60m³
CAÇAMBA DE 5m³	01*	03**	36**	15m³	180m³
CAÇAMBA COM TAMPA ARTICULADA DE 5 m³	01*	01**	12**	5m³	60m³
CAÇAMBA DE 30m³	02*	04**	48**	120m³	1.440m³
TOTAL ESTIMADO/MÊS EM m³:				324,80m³	
RESÍDUOS ORGÂNICOS				80,08m³	
TOTAL ESTIMADO MÊS				404,88m³	

No caso de Sacos de 100 litros e 200 litros:

CAPACIDADE DO SACO	CAPACIDADE MÁXIMA OCUPADA E A SER CONSIDERADA PARA EFETIVAR COBRANÇA 70% (VOLUME TOTAL)	CORRESPONDENTE EM m³/SACO	CORRESPONDENTE EM QUANTIDADE ESTIMADA/MÊS DE SACOS	CORRESPONDENTE DE RETIRADA EM M3 ESTIMADA/MÊS DE ACORDO COM O VOLUME DO SACOS
100L	70L	0,07 m³	1.144 sacos	80,08 m³
200L	140L	0,14 m³	572 sacos	

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 775.000,00

A área requisitante estimou o valor de R\$ xxxxx (setecentos e setenta e cinco mil reais), conforme inserido no Plano Anual de Contratações de 2025

Salientamos que em virtude do lapso temporal da contratação, será necessário realizar pesquisa de mercado pela área de compras.

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A contratação relacionada não deve sofrer parcelamento.

## 11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Considerando a contratação do objeto pretendido, não se fará necessária qualquer contratação correlata e/ou interdependente.

## 12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação visa garantir a continuidade dos serviços existentes e foi definida através do plano anual de 2025 do Centro de Segurança do Trabalho e Gestão Ambiental - CS.

## 13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação de serviços de manejo de resíduos classe II oferece diversos benefícios importantes para Farmanguinhos e para o meio ambiente. Alguns desses benefícios a serem alcançados incluem:

- **Conformidade Legal:** A contratação de uma empresa especializada ajuda a garantir que a empresa esteja cumprindo todas as regulamentações e normas ambientais relacionadas ao manejo de resíduos classe II. Isso evita multas e sanções legais.
- **Redução de Riscos:** Os resíduos classe II podem ser perigosos para a saúde humana e o meio ambiente se não forem manuseados adequadamente. Ao contratar uma empresa especializada, os riscos de acidentes, vazamentos e contaminação são minimizados.
- **Proteção da Saúde Pública:** O manuseio inadequado de resíduos classe II pode representar riscos à saúde dos trabalhadores e da comunidade em geral. O uso de serviços especializados ajuda a proteger a saúde pública e a prevenir problemas de saúde relacionados à exposição a substâncias perigosas.
- **Preservação do Meio Ambiente:** A disposição inadequada de resíduos classe II pode causar poluição do solo, da água e do ar. A contratação de uma empresa especializada assegura que os resíduos sejam tratados e dispostos de forma ambientalmente segura, minimizando impactos negativos no meio ambiente.
- **Eficiência e Redução de Custos:** Empresas especializadas têm o conhecimento e os recursos necessários para otimizar os processos de manejo de resíduos classe II. Isso pode levar a uma gestão mais eficiente e redução de custos operacionais a longo prazo.
- **Melhoria da Imagem Corporativa:** Empresas que adotam práticas responsáveis de gestão de resíduos tendem a ter uma imagem mais positiva perante a sociedade e os consumidores, o que pode resultar em benefícios de marketing e de reputação.
- **Inovação e Tecnologia:** Empresas especializadas muitas vezes estão na vanguarda de tecnologias e práticas inovadoras de manejo de resíduos. Ao contratar esses serviços, as empresas podem aproveitar avanços tecnológicos para um manejo mais eficiente e seguro dos resíduos.
- **Foco no Core Business:** Terceirizar a gestão de resíduos classe II permite que a empresa concentre seus esforços e recursos em suas atividades principais, melhorando a produtividade e a competitividade.
- **Redução de Responsabilidades:** Ao confiar a gestão de resíduos a profissionais experientes, a empresa reduz sua responsabilidade direta em relação ao manuseio e disposição dos resíduos, transferindo-a para empresas especializadas.



- **Desenvolvimento Sustentável:** Ao adotar práticas responsáveis de gestão de resíduos, a empresa contribui para o desenvolvimento sustentável, minimizando impactos negativos no meio ambiente e promovendo a utilização mais eficiente dos recursos naturais.

Diante disso, a contratação de serviços de manejo de resíduos classe II não apenas ajuda Farmanguinhos a cumprir suas obrigações legais, mas também traz uma série de benefícios em termos de segurança, eficiência, imagem corporativa e sustentabilidade.

## 14. Providências a serem Adotadas

O Centro de Segurança do Trabalho e Gestão Ambiental já dispõe de toda infraestrutura necessária para gerenciar a execução do serviço.

## 15. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação de serviços de resíduos classe II pode ter diversos impactos ambientais, tanto positivos quanto negativos, dependendo da abordagem adotada e das práticas implementadas, tais como:

### Impactos Positivos:

- **Redução da Contaminação:** Ao contratar uma empresa especializada, os riscos de contaminação do solo, da água e do ar são reduzidos, pois os resíduos são manuseados e dispostos de maneira adequada, minimizando a liberação de substâncias perigosas no ambiente.
- **Prevenção de Poluição:** Empresas especializadas podem empregar tecnologias e práticas de tratamento avançadas que ajudam a reduzir a poluição causada pelos resíduos classe II, contribuindo para a preservação dos recursos naturais.
- **Minimização de Impactos Ecológicos:** Uma gestão adequada dos resíduos evita a degradação do habitat natural e protege a biodiversidade, garantindo que os ecossistemas não sejam prejudicados pela disposição inadequada dos resíduos.
- **Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa:** A disposição inadequada de resíduos pode levar à emissão de gases de efeito estufa, como metano. A contratação de serviços especializados que adotam práticas de captura e tratamento de gases pode ajudar a reduzir essas emissões.
- **Uso Eficiente de Recursos:** Empresas especializadas frequentemente aplicam técnicas de reciclagem e recuperação de materiais, contribuindo para a redução do consumo de matérias-primas virgens e a economia de recursos naturais.

### Impactos Negativos (se não for feita uma gestão adequada):

- **Contaminação Ambiental:** A contratação inadequada de serviços de resíduos classe II pode levar à contaminação do solo, da água subterrânea e superficial, resultando em danos a ecossistemas e à saúde humana.
- **Poluição do Ar:** A queima inadequada de resíduos classe II pode liberar poluentes atmosféricos tóxicos e causar problemas de qualidade do ar.
- **Degradação do Solo:** A disposição inadequada de resíduos classe II pode levar à compactação do solo, reduzindo sua capacidade de absorver água e nutrientes, e dificultando o crescimento de plantas.
- **Riscos à Saúde Pública:** A exposição inadequada a resíduos classe II pode representar riscos à saúde humana, especialmente para as comunidades que vivem próximas aos locais de disposição.
- **Emissões de Gases de Efeito Estufa:** Se não forem adotadas práticas de captura de gases, a disposição inadequada de resíduos classe II pode levar à emissão de gases de efeito estufa, contribuindo para as mudanças climáticas.
- **Impactos Estéticos:** A disposição inadequada de resíduos pode resultar em impactos visuais negativos, afetando a paisagem e a estética das áreas circundantes.

Portanto, o serviço de manejo de resíduos classe II visa garantir que os impactos ambientais negativos sejam evitados e controlados de acordo com o procedimento específico da área de Meio Ambiente e a fiscalização do contrato em relação ao atendimento legal previsto.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

---

#### 16.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação é viável, tendo em vista os custos apurados frente a necessidade que possuímos em realizar o serviço de acondicionamento, coleta, transporte, armazenamento e destinação final dos resíduos comuns gerados no Complexo Tecnológico de Medicamentos (CTM).

#### 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CRISTIANE DE OLIVEIRA MAGALHAES**

Técnico em Saúde Pública



Assinou eletronicamente em 18/08/2025 às 12:39:59.

6 de 6

## 1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CRISTIANE DE OLIVEIRA MAGALHAES**

Técnico em Saúde Pública





*Assinou eletronicamente em 28/01/2026 às 09:39:19.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO III -CHECKLIST DO SERVICO DE RETIRADA DE RESIDUOS-CLASSE II.pdf (2.08 MB)
- Anexo II - ANEXO II -TERMO DE CIENCIA E CONCORDANCIA.pdf (470.17 KB)
- Anexo III - ANEXO VII -MODELO DE FORMACAO DE PRECO PARA RECOLHIMENTO DE RESIDUOS.pdf (367.25 KB)
- Anexo IV - ANEXO VIII -DECLARACAO DE CONHECIMENTO DE INFORMACOES.pdf (417.76 KB)

ANEXO II - DO EDITAL  
MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 25387.000738/2025-77

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_,  
QUE FAZEM ENTRE SI A FUNDAÇÃO  
OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ, POR  
INTERMÉDIO DO INSTITUTO DE  
TECNOLOGIA EM FÁRMACOS  
(FARMANGUINHOS), E A

A **FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ**, entidade integrante da Administração Federal Indireta, constituída nos termos da Lei nº 7.596/87 e Decreto nº 11.288/22, situada na Av. Brasil nº 4.365, Manguinhos, nesta cidade do Rio de Janeiro - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.781.055/0001-35, através do Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.781.055/0049-80, neste ato representado por sua Diretora, Sra. Silvia Pereira da Silva Santos, portadora da matrícula funcional SIAPE nº 1556155, nomeada pela Portaria nº 613, de 14 de julho de 2025, expedida pelo Sr. Ministro de Estado da Saúde, publicada na Seção 2, do Diário Oficial da União, de 15 de julho de 2025, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 10, de 10 de janeiro de 2024, expedida pelo Sr. Presidente da FIOCRUZ, publicada na Seção 1, do Diário Oficial da União, de 15 de outubro de 2024, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediado(a) na \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por \_\_\_\_\_, conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 25387.000738/2025-77 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_\_, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é contratação de serviços comuns de manejo integrado resíduos Classe II, grupo D (comum), englobando duas etapas: Etapa 1 (gerenciamento, acondicionamento, coleta e transporte), Etapa 2 (armazenamento e tratamento e destinação final dos resíduos comuns gerados no Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos/ FIOCRUZ), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da assinatura do termo de

Contrato pela Contratante - ato contínuo à assinatura da Contratada - em virtude da adoção do Sistema Eletrônico de Informações (SEI/FIOCRUZ), prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atendendo, ainda, para os seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo ao edital de Pregão Eletrônico.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao edital de Pregão Eletrônico.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ R\$ .....(.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

### **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital de Pregão Eletrônico.

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo ao edital de Pregão Eletrônico.

### **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10.2. Não serão conhecidas as pretensões administrativas que não preencherem os pressupostos de admissibilidade de que tratam as Leis nº 14.133/21 e 9.784/99.

8.1.10.3. Caso o servidor responsável pela fiscalização do contrato se certifique que as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato estão desacompanhadas de atos indispensáveis à análise e decisão quanto ao pedido, de forma motivada, irá orientar o interessado quanto à necessidade de suprimento de eventuais falhas, suspendendo-se o prazo de decisão até o saneamento.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

8.1.11.1. Aplicam-se, no que couber, os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, o disposto nos subitens anteriores, quanto às solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato.

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções

resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por

dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

## **10. CLÁUSULA DECIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o

CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo ao edital de Pregão Eletrônico.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.9.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.9.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.9.3. Das indenizações e multas.

13.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.11. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração,



nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Plano interno: [...]; e

VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA REGULARIDADE DA CONTRATADA**

18.1. A contratada comprovou a regularidade respectiva, conforme consultas ao SICAF, CADIN, e Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (Lista de Inidôneos do TCU; CNJ; CEIS; e CNEP), de \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_, SEI nº \_\_\_\_, anexadas aos autos do Processo nº 25387.000738/2025-77.

#### **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO**

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

SILVIA PEREIRA DA SILVA SANTOS  
DIRETORA  
INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FÁRMACOS

XXXXXX  
REPRESENTANTE LEGAL  
XXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

1-

2-



Documento assinado eletronicamente por **Lúcio Roberto do Carmo Alves, Prestador(a) de Serviço**, em 05/12/2025, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fiocruz.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5704340** e o código CRC **A7E30DF1**.

Referência: Processo nº 25387.000738/2025-77

SEI nº 5704340

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026  
ANEXO III DO EDITAL

PROPOSTA PROFORMA

Processo nº: 25387.000738/2025-77

Pregão Eletrônico nº: 90011/2026-FAR

PROPONENTE: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_

BAIRRO: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ INSCRIÇÃO ESTADUAL/MUNICIPAL: \_\_\_\_\_

BANCO: \_\_\_\_\_ AGÊNCIA: \_\_\_\_\_ CONTA BANCÁRIA: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_ FAX: \_\_\_\_\_

E\_MAIL: \_\_\_\_\_

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	TIPO	SUBITENS	TIPO DE RESÍDUOS	FORMA DE ARMAZENAMENTO	VOLUME MÁXIMO ESTIMADO A SER COLETADO POR MÊS m³ (por tipo de resíduo em m³)	TECNOLOGIA DE TRATAMENTO	VALOR UNITÁRIO m³ (R\$)	VALOR TOTAL MENSAL (R\$)
1	Prestação de serviço de manejo integrado resíduos Classe II, grupo D (comum), englobando gerenciamento, coleta, acondicionamento, transporte, armazenamento, tratamento e destinação final dos resíduos gerados no Instituto de Tecnologia em Fármacos/ FIOCRUZ	24708	Etapa 1 gerenciamento, acondicionamento, coleta e transporte (Valor R\$/m³)	1	Comum (varrição, banheiro, Etc)	Caçamba 1,2m³	184,8	Aterro sanitário		
				2	Resíduos de Construção civil_RCC	Caçamba 5m³	15	Reciclagem		
				3	Lodo Inerte - Classe IIA	Caçamba com tampa articulada de 5m³	5	Aterro sanitário		
				4	Resíduos de varrição, poda, madeira e etc. (Resíduo comum)	Caçamba 30m³	120	Aterro sanitário		
				5	Resíduos orgânicos (sacos)	Saco de lixo 100L/200L (Preto)	80,08	Compostagem ou aproveitamento energético na produção de biogás		
			Subtotal ETAPA 1							
			Etapa 2 Armazenamento e tratamento e destinação final (Valor R\$/m³)	1	Comum (varrição, banheiro, Etc)	Caçamba 1,2m³	184,8	Aterro sanitário		
				2	Resíduos de Construção civil_RCC	Caçamba 5m³	15	Reciclagem		
				3	Lodo Inerte - Classe IIA	Caçamba com tampa articulada de 5m³	5	Aterro sanitário		
				4	Resíduos de varrição, poda, madeira e etc. (Resíduo comum)	Caçamba 30m³	120	Aterro sanitário		
				5	Resíduos orgânicos (sacos)	Saco de lixo 100L/200L (Preto)	80,08	Compostagem ou aproveitamento energético na produção de biogás		
			Subtotal ETAPA 2							
			VALOR TOTAL MENSAL (Subtotal Etapa1 + Subtotal Etapa2)							
			PERÍODO EXECUÇÃO (Meses)							
			VALOR TOTAL ANUAL (Valor total mensal x Período Execução)							

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

VALOR TOTAL: \_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal e respectiva função na empresa

**ANEXO IV DO EDITAL**

**TERMO DE VISTORIA**

Processo nº 25387.000738/2025-77

Pregão Eletrônico nº 90011/2026-FAR

O \_\_\_\_\_ de Farmanguinhos/FIOCRUZ, para os fins do disposto no Edital de licitação em epígrafe vem por meio deste Atestado de Visita, declarar que a \_\_\_\_\_ empresa.....enviou representante credenciado a esta FIOCRUZ, a fim de inspecionar o local e coletar informações de todos os dados e elementos que possam vir a ter influência no valor da proposta a ser apresentada.

....., ..... de .....de .....

DE ACORDO:

POR FARMANGUINHOS: \_\_\_\_\_

PELA EMPRESA: \_\_\_\_\_

- Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- O agendamento da vistoria deve ser efetuado previamente através do e-mail: smsresiduos.far@fiocruz.br.
- Prazo para vistoria iniciar-se no dia útil seguinte ao da publicação do Edital estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública.



## ANEXO V- DO EDITAL

### COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 185, de 10 de junho de 2024

A Coordenadora Geral de Administração,  
no uso de suas atribuições que lhes são  
conferidas pela Portaria do Ministério da  
Saúde nº 1.978 de 01/08/2017 – DOU  
02/08/2017,

### RESOLVE:

#### 1. PROPÓSITO

Art. 1º Estabelecer no âmbito da Fiocruz, as infrações, da praticadas durante os procedimentos licitatórios e os subsequentes à sessão competitiva, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e a dosimetria na aplicação da sanção, com dolo ou culpa:

I. O licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro e equipe de apoio/Comissão de Licitações durante o certame;

II. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

III. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

a) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Fiocruz;

IV. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

V. fraudar a licitação.

VI. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- VII. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- VIII. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#);

Art. 2º Com base no art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Fiocruz poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I. advertência;

II. impedimento de licitar e contratar e

III. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Art.3º Na aplicação das sanções estabelecidas no Art. 2º, desta Portaria serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida.

b) as peculiaridades do caso concreto

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

I. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

II. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas, quando não se justificar, que impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo, a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, na forma estabelecida no art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

III. caberá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas em edital, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, na forma prevista no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

IV. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Art. 4º Com base na [Lei nº 14.133, de 2021](#), poderá ser aplicada aos licitantes e/ou adjudicatários, garantida a prévia defesa, a penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até **04(quatro)meses** sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

Art. 5º As penas previstas no art. 4º desta portaria, poderão ser substituída por penalidade menos gravosa de **Advertência**, caso o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência de quaisquer condutas tipificadas na presente norma, ocorrido em procedimentos licitatórios e que não tenha havido nenhum dano à Fiocruz, em decorrência de qualquer das práticas.

Art. 6º A pena prevista no art. 4º desta portaria, poderá ser **reduzida** em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tenha havido nenhum dano à Fiocruz, em decorrência de qualquer das práticas.

Art. 7º Deverão ser consideradas e avaliadas as seguintes **atenuantes**:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo.

d) A penalidade a que se refere ao Art. 4º desta portaria será afastada quando a entrega da documentação ocorrer fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízos à Fiocruz, observando-se ainda, cumulativamente, que:

- A documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;

- O eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;

- O licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em razão do qual será aplicada a penalidade.

Art. 8º A sanção prevista no art. 4º poderá ser **majorada** em 50% (cinquenta por cento), para cada *agravante*, até o limite de 60 (sessenta) meses, em decorrência do seguinte:

a) Quando restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores- SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) Quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) Quando o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou

d) Quando restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

Art. 9º Quando a ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até 60(sessenta)meses, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

Art. 10º A aplicação das penas previstas nesta portaria não exclui a possibilidade de aplicação de outras sanções previstas no edital, no contrato ou na legislação vigente, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, inclusive por perdas e danos causados à Administração.

Art. 11º Na apuração dos fatos de que trata a presente Portaria, a Administração atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou ao contratante a ampla defesa e o contraditório,

o direito de juntar todo e qualquer meio de prova necessário à sua defesa, podendo, inclusive, requerer diligências.

Art. 12º No estabelecimento da pena, havendo concomitantemente fatores agravantes e atenuantes descritos nesta portaria. O cálculo para dosimetria da sanção considerará primeiro os fatores para majoração da pena e em seguida aplicar-se os fatores atenuantes, uma única vez, conforme descrito no caput do Art. 6º para redução da pena.

Art. 13º Esta Portaria passa, obrigatoriamente, a fazer parte de todos os editais de licitação na como um de seus Anexos publicados por todas as Unidades da Fiocruz, que deverão ser submetidos à apreciação de parecer jurídico da Procuradoria Federal.

Art. 14º A Autoridade Competente formará sua convicção com base na livre apreciação dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade das informações e provas apresentadas pela defesa.

## 2. VIGÊNCIA

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e REVOGA a Portaria nº 150/2019-Cogead.

**Flávia Silva**  
**Coordenadora Geral de Administração**  
**FIOCRUZ**



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIA SILVA, Coordenador(a) Geral de Administração**, em 10/06/2024, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fiocruz.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3945213** e o código CRC **8B371FA9**.